

20/03/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Sem nome](#)

[Universidades terão 65% dos cortes](#)

[PM reforça segurança em escolas](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Decreto de Bolsonaro corta 13,7 mil cargos em universidades públicas](#)

[MEC prioriza método fônico em projeto para alfabetização](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Procuradoria vai investigar titular do MEC por improbidade](#)

[Evangélicos discutem boicote a Vélez](#)

[Decreto sobre alfabetização foca método fônico](#)

[Experts divergem sobre eficácia](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Vélez torna-se alvo de investigação por improbidade](#)

[Dona do Ibmec agora é sócia da Singularity](#)

[Influência de Olavo é maior no governo que no Congresso](#)

Imprensa Estadual

**FOLHA DE BOA VISTA - RR**

[Professores municipais querem receber progressões de 2018](#)

**JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Nutrição infantil no País passará por uma análise](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA BRASIL**

[Prefeito de Altamira diz que não vai cumprir recomendação do MP sobre volta da](#)

[Universidade Aberta](#)

**JORNAL DA USP - SP**

[Escritório estuda criar indicadores do impacto social das universidades](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Decreto sobre alfabetização deve priorizar método fônico](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[MPF abre investigação de improbidade contra ministro da Educação](#)

**AGÊNCIA VALOR**

[MPF abre investigação contra Vélez por improbidade administrativa](#)

**CORREIO WEB**

[UnB abre inscrições para o Programa de Iniciação Científica](#)

[GDF anuncia reforço na segurança de 40 escolas após ameaça de ataque](#)

**G1**

[MPF decide apurar se Ricardo Vélez cometeu improbidade ao enviar carta a escolas](#)

[Câmara aprova prioridade de matrícula escolar a filho de vítima de violência doméstica](#)

**METRÓPOLES**

[Evangélicos discutem boicotar reunião com ministro da Educação](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Evangélicos discutem boicotar Vélez](#)

[Decreto sobre alfabetização prioriza método fônico](#)

**TERRA**

[Evangélicos discutem boicotar reunião com ministro da Educação](#)

[Procuradoria vai investigar titular do MEC por improbidade](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

# CLIPPING



[Procuradoria vai investigar titular do MEC por improbidade](#)

[Evangélicos discutem boicotar Vélez](#)

[Decreto sobre alfabetização prioriza método fônico](#)

Agências de notícias e sites

**CONECTADOS RN**

[Processo seletivo de bolsistas do PIBID tem resultado parcial divulgado](#)

**JORNAL O DIARIO**

[Polícia tenta convencer MP a pedir apreensão de 3º suspeito de ataque em Suzano](#)

**LAPADA LAPADA**

[MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará](#)

**MAIS EXPRESSÃO**

[Prefeito Gaspar visita ministérios](#)

**SEGS - PORTAL NACIONAL**

[Revistas científicas da Sociedade Brasileira de Cardiologia passam a integrar as ferramentas de busca de publicações da Sociedade Europeia de Cardiologia](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[MEC libera espelhos da redação do Enem 2018](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[13,7 mil cargos em universidades são cortados por decreto de Bolsonaro, diz sindicato](#)

[Professor é afastado após criticar diretor por ler carta do MEC com slogan de Bolsonaro](#)

Imprensa Estadual

**A GAZETA - ES**

[TUDO PASSA PELA EDUCAÇÃO](#)

**O POPULAR - GO**

[Justiça finaliza suspensão a faculdade de Medicina](#)

Agências de notícias e sites

**CENÁRIOMT**

[MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará](#)

**FOLHA PA**

[MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará](#)

**JORNAL BOM DIA (RS)**

[UFFS oferta Mestrado em Filosofia no Campus Chapecó](#)

**JORNAL DIA A DIA**

[MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará](#)

**PORTAL AMAZÔNIA**

[MPF pede reativação de polo do Universidade Aberta em Altamira, no Pará](#)

**R7**

[MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará](#)

**REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[Ex-bolsista desenvolve método de pesquisa livre de crueldade animal](#)

[Na Fiocruz, presidente da CAPES defende expansão da pós-graduação](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[MEC define decreto de alfabetização mas atrasos atingem avaliação e livro didático](#)

[Com nome de operação, Lava Jato da Educação ainda é protocolo de intenções](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF**

Sem nome

Na parte das perguntas, Mourão foi questionado sobre desafios para a educação, mas não fez qualquer referência ao ministro Ricardo Vélez que, como se sabe, foi indicado ao cargo pelo escritor Olavo de Carvalho. A pasta é alvo de controvérsias justamente por causa dos chamados olavetes e pelas cortinas de fumaça, como a orientação para que escolas lessem o slogan da campanha de Bolsonaro, além de gravarem alunos cantando o hino.

## Educação

Durante o discurso de ontem, Mourão foi cauteloso até mesmo quando alguém da plateia se referiu a ele como presidente. “Interino”, interrompeu o vice. Questionado por uma deputada se não poderia ser um dos interlocutores do governo com o Congresso no caso da tramitação da reforma da Previdência, ele deixou claro que só faria tal coisa com um pedido de Bolsonaro. “Sempre me balizei pela disciplina. Se o presidente me der a tarefa, estou à disposição.”

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA**

### **Universidades terão 65% dos cortes**

#### CONJUNTURA

Mais de 65% dos cargos e funções comissionados serão extintos em universidades federais, segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes SN), que emitiu nota de repúdio. O corte está previsto para 31 de julho, em decreto proposto pelo Ministério da Economia e assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. Pelo texto, serão eliminados 21 mil dos 131 mil cargos e funções comissionadas. De acordo com a entidade de classe de professores de universidades federais, cerca de 13.710, são no setor.

O ato teve, como efeito imediato, a extinção de 6.587 vagas. A promessa do Ministério da Economia é de que a medida, prevista para os primeiros 100 dias de governo, vá poupar R\$ 195 milhões ao ano. O decreto data da última terça-feira, 12 de março e foi publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, e é resultado de um estudo do Ministério da Economia sobre cargos em comissão e funções de confiança do governo federal. Consta, no artigo 3º, que eventuais ocupantes dos cargos “ficam automaticamente exonerados ou dispensados, nas respectivas datas de extinção ou de início da limitação à ocupação dos quantitativos correspondentes.”

Apesar da extinção de cargos em instituições de ensino federais, o Ministério da Educação (MEC) não participou do levantamento. O texto discrimina as vagas por siglas e não fica claro para um leitor leigo quais postos de trabalho e gratificações estão sendo encerrados. Dos cargos em federais, segundo levantamento da Andes, 119 já foram extintos, além de 1.870 Funções Gratificadas de Coordenação de Curso. O decreto também extinguiu, segundo a Andes, todas as funções gratificadas das universidades federais de Catalão (GO), Jataí (GO), Rondonópolis (MT), Delta do Parnaíba (PI) e Agreste de Pernambuco (PE).

## Desmonte

As instituições citadas foram oficialmente criadas em 2018. “A partir de 31 de julho, serão extintas mais de 11 mil outras funções gratificadas nas universidades federais, dos níveis quatro a nove”, informa o texto publicado pela Andes. O presidente do sindicato,

Antônio Gonçalves afirma que o governo federal quer nomear, para vagas de coordenação e direção, pessoas que não fazem parte dos estabelecimentos de ensino. “É o início do processo de desmonte das instituições. São mais de 13 mil cargos. Em julho, a indicação é de que vão cortar mais. Defendemos uma única linha no contracheque. Não os penduricalhos. Mas em uma carreira desestruturada, isso é um estímulo”, reclamou.

Para o sindicalista, a medida interfere, ainda, na autonomia das universidades. “A universidade é que deve ter autonomia para criar cargos. Autonomia científica, pedagógica, financeira e patrimonial. Entendemos isso como um grave ataque”, disparou. Outra entidade representativa, a federação de Sindicato de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, APUB, também divulgou nota. O texto, porém, é bem mais brando, e afirma que parte dos cargos extintos não tinham sido preenchidos, que o decreto foi publicado com o intuito de economizar R\$ 195 milhões, e que uma avaliação preliminar indica que “não há impacto imediato nos cargos que já se encontram ocupados”.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

### **PM reforça segurança em escolas**

**Após ameaças de atentados feitas por estudantes, policiais militares atuarão no perímetro de 40 colégios públicos de cidades como Ceilândia, Gama, Planaltina e São Sebastião. Governo anuncia lançamento de programa para o ensino**  
**EDUCAÇÃO**

Diante do recente caso de ameaça em escola, o Executivo adotará medidas para reforçar a segurança nas instituições de ensino públicas do Distrito Federal. As medidas foram discutidas ontem, em reunião entre o governador Ibaneis Rocha (MDB) e os secretários de Segurança, Anderson Gustavo Torres, e de Educação, Rafael Parente. Também participaram a comandante da Polícia Militar, Sheyla Soares Sampaio; o secretário-adjunto da Casa Civil, Marcelo Martins da Cunha; e o chefe da Casa Militar, coronel Júlio César Lima de Oliveira.

De acordo com Parente, nos próximos dias, cerca de 40 escolas contarão com policiais militares deslocados de outros grupamentos para reforçar o efetivo do Batalhão Escolar. Entre 150 e 180 militares atuarão em colégios considerados “problemáticos”. “Vamos reforçar a questão da inteligência e das rondas perto das escolas nos próximos dias. Em algumas, ficarão permanentemente. Outros ficarão entre dois ou três colégios. Isso vai depender do caso, da gravidade, da situação de violência e da agressividade”, detalhou Rafael Parente.

Cerca de 40 instituições de ensino passarão por esse monitoramento de inteligência e com fiscalização in loco e em mídias sociais. Entre as regiões administrativas que terão colégios com segurança reforçada estão Ceilândia, Gama, Planaltina e São Sebastião. “Infelizmente, estamos em uma fase de insegurança e temos tido brincadeiras infelizes em relação a comportamento dos adolescentes e precisamos inibir isso. Precisamos de uma resposta da Polícia Militar. Sabemos que será nos próximos dias”, declarou o secretário de Educação.

Na sexta-feira, Parente afirmou que a pasta registrou casos de ameaças feitas por estudantes de quatro escolas da rede pública. As ocorrências foram investigadas, mas informações sobre os envolvidos não foram divulgadas para não atrapalhar o andamento

dos trabalhos. Ele acrescentou que a nova medida não tem relação com as escolas de gestão compartilhada e que o Governo do Distrito Federal aguarda apoio do Ministério da Educação (MEC) para ampliar a quantidade de escolas desse modelo.

Na segunda-feira, o esquadrão antibombas da PM foi acionado para apurar uma suspeita de atentado contra o Centro Educacional Gisno, escola pública da 907 Norte. Um adolescente foi apreendido e levado à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), mas os militares não encontraram nenhum explosivo no colégio. Mesmo assim, as aulas foram suspensas no turno matutino e ocorrerão normalmente à tarde e à noite.

A suspeita partiu de uma apuração do delegado-chefe da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), Laécio Rossetto. O responsável pela unidade policial informou aos militares sobre a possibilidade de atentado assim que soube da ameaça, às 4h50. Mensagens publicadas em redes sociais sinalizavam o ataque, que poderia ter a participação de quatro estudantes.

## Plano estratégico

Ainda voltado para o setor, o governador deve anunciar, até a próxima semana, um programa com uma série de ações com foco na educação. Intitulado EducaDF, o plano estratégico criado pelo Executivo envolverá cinco bandeiras com temas a serem encampados ao longo dos quatro anos de governo. As frentes contemplam inovação tecnológica, segurança, excelência no ensino, construção de mais creches e escolas, além da valorização e do fortalecimento dos profissionais da área.

"Infelizmente, estamos em uma fase de insegurança e temos tido brincadeiras infelizes em relação a comportamento dos adolescentes e precisamos inibir isso"

Rafael Parente,  
secretário de Educação

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

**Decreto de Bolsonaro corta 13,7 mil cargos em universidades públicas**  
**Funções eliminadas eram concedidas a professores e coordenadores; entidades criticam corte**

Brasília

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro para extinguir cargos, funções e gratificações na administração pública atingiu em cheio a área de Educação, principalmente as universidades públicas federais.

Das 21 mil vagas eliminadas pelo governo, ao menos 13.710 estavam sob a guarda de instituições de ensino, o que corresponde a 65% do total do corte.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/decreto-de-bolsonaro-corta-137-mil-cargos-em-universidades-publicas.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**MEC prioriza método fônico em projeto para alfabetização**  
**Texto é preliminar; ministério pode condicionar assistência financeira a adesão**

Brasília

A minuta do decreto da nova Política Nacional de Alfabetização do governo Jair Bolsonaro (PSL) preconiza a adoção de apenas um método de alfabetização, o chamado fônico, e a participação das famílias no processo. O texto, ainda preliminar, não detalha as ações do pacote e como será a implementação.

A equipe do ministro Ricardo Vélez Rodríguez finalizou a minuta e faz ajustes no texto já em conversas com a Casa Civil, onde o documento chegou no fim do mês passado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/mec-prioriza-metodo-fonico-em-projeto-para-alfabetizacao.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Procuradoria vai investigar titular do MEC por improbidade**

### **Procedimento cível foi aberto após orientação para que estudantes repetissem slogan de campanha de Bolsonaro**

BRASÍLIA

A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu uma investigação para apurar se houve improbidade administrativa do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, no envio de cartas às escolas de todo Brasil com slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro.

No e-mail enviado pelo ministro às escolas, o ministério pedia que as crianças fossem perfiladas para cantar o Hino Nacional e que o momento fosse gravado em vídeo e enviado para o governo. O e-mail solicitava ainda que fosse lida para elas uma carta do ministro que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.” O envio da mensagem foi revelado pelo Estado.

A investigação contra Vélez foi instaurada como um procedimento preparatório pela procuradora da República Eliana Pires Rocha. Ela solicitou, por meio da Procuradoria-Geral da República, explicações ao ministro, que tem dez dias úteis para responder.

Embora tenha foro por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado, o ministro pode ser alvo da apuração pelo fato de se tratar de um procedimento na esfera cível.

Após a repercussão negativa sobre o envio, o ministro chegou a assumir o erro. “Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais”, afirmou.

Na apuração aberta, a procuradora quer verificar se Vélez violou o artigo 37 da Constituição, segundo o qual a publicidade dos atos, programas e campanhas de órgãos públicos, como o Ministério da Educação, não pode conter nomes, imagens ou símbolos que sirvam para promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. A violação teria ocorrido ao se utilizar do slogan de campanha de Bolsonaro.

No despacho em que instaura o procedimento, a procuradora cita a suposta improbidade no envio do e-mail.

Defesa. O ministro da Educação, por meio de sua assessoria, disse estar analisando o pedido de informações e que, oportunamente, apresentará resposta ao Ministério Público Federal.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Evangélicos discutem boicote a Vélez**

BRASÍLIA

Deputados da bancada evangélica ameaçam boicotar convite do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para reunião hoje em Brasília. A ausência foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica as quais o Estado teve acesso. A preocupação é de que a presença dos deputados seja interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

O Estado apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), cotado para substituir Vélez.

Presidente interino da frente, o deputado Lincoln Portela (PR-MG) disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião. O objetivo, segundo ele, seria abrir diálogo com o ministro.

Ontem, assessores de Vélez ligavam para os deputados para confirmar o encontro, enquanto o vice-líder do governo no Congresso, Marco Feliciano (Podemos-SP), se dedicava a convencer os colegas a recusar o convite. “O MEC está abandonado e o ministro não vai usar bancada para escudo”, disse.

Na semana passada, Vélez esteve no Planalto quatro vezes, o que gerou especulações de que seria substituído. Anteontem, o ministro voltou ao palácio para reunião na Casa Civil, para tratar do nome do secretário executivo da pasta. Ele tentou emplacar a educadora Iolene Lima na vaga, que foi vetada pelo governo.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Decreto sobre alfabetização foca método fônico**

#### **Metodologia dá prioridade à identificação de segmentos de som que formam palavras; minuta expõe divisão interna no Ministério da Educação**

Minuta de decreto elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) indica que a alfabetização no País deverá priorizar o método fônico, aquele em que as crianças precisam identificar os segmentos de som que formam uma palavra. Grupos de especialistas acreditam, porém, que essa é uma visão limitada e mecânica. O Estado teve acesso ao texto do decreto, não publicado, que também inclui a família como um dos “agentes do processo de alfabetização”.

A Política Nacional de Alfabetização foi uma das medidas consideradas prioritárias pelo governo de Jair Bolsonaro para os primeiros cem dias de governo. A minuta de decreto foi entregue no fim do mês passado à Casa Civil, que fez críticas ao texto por considerar que não há detalhes de como a política será executada.

Segundo a proposta, um dos objetivos é fundamentar programas e ações a partir de cinco pilares: “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura

oral, vocabulário e compreensão de texto”. Há também orientação para que crianças da educação infantil (0 a 5 anos) tenham “ensino de habilidades fundamentais para a alfabetização, como consciência fonológica, consciência fonêmica, conhecimento alfabético”. As diretrizes ainda incluem “desenvolvimento de habilidades de matemática básica, como contagem nos dedos e contagem verbal”.

O texto deixa claro que Estados e municípios que aderirem à política receberão “assistência técnica e financeira” da União, mas não indica de que maneira pode ser colocada em prática. O documento é uma expressão da briga que se instaurou no MEC entre os seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os integrantes de perfil técnico. A disputa tem enfraquecido o ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Disputa. Segundo fontes, o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco Nadalin, foi um dos que pressionou para que o método fônico fosse evidenciado. O grupo técnico defendia que o MEC estimulasse discussões no Conselho Nacional de Educação (CNE), com especialistas, para se elaborar depois uma lei sobre o assunto. A atual secretária da Educação Básica, Tânia Almeida, e o ex-secretário executivo do MEC Luiz Antonio Tozi chegaram a declarar em evento para educadores, no mês passado, que não haveria indicação de método nenhum pelo governo. Tozi foi demitido a pedido de Bolsonaro, depois de virar alvo de “olavistas”.

Antes de assumir um posto no MEC, Nadalin comandava uma pequena escola em Londrina e divulgava seus livros pela internet sobre como os pais devem educar os filhos. Ele teria, até mesmo, pedido que suas obras fossem incluídas na política de alfabetização, o que foi refutado pelo grupo técnico.

Os “olavistas” também não concordam com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada em 2017 e dá as diretrizes para a alfabetização do País, sem indicar apenas um método. A BNCC enfatiza ainda que o eixo da educação infantil deve ser “as interações e a brincadeira” e não a alfabetização.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Experts divergem sobre eficácia**

Especialistas em alfabetização afirmam que o MEC não deveria adotar método único. Para Patrícia Diaz, que trabalha com formação de professores, o decreto tem uma “visão tecnicista”, abandonada no fim dos anos 1990. A especialista Cisele Ortiz completa que o texto estimula uma visão “com base em treinamento e memória”.

Presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira é um dos poucos defensores do método fônico e teve reuniões no MEC. “O código alfabético é abstrato, não é natural aprendê-lo.”

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA**

### **Vélez torna-se alvo de investigação por improbidade**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, será alvo de uma investigação preliminar no Ministério Público Federal (MPF) pela prática de ato de improbidade administrativa. O caso se refere à ocasião em que o MEC enviou carta às escolas públicas e privadas do país em que constava o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro - “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.



Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6169797/velez-torna-se-alvo-de-investigacao-por-improbidade>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS**

### **Dona do Ibmecc agora é sócia da Singularity**

A parceria com a Singularity faz parte da estratégia da Adtalem de fortalecer seu negócio de educação continuada.

"O mercado está mudando rapidamente, agora é preciso se atualizar sempre. Por isso, estamos apostando na educação continuada", disse Carlos Alberto Filgueiras, presidente da Adtalem Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6169869/dona-do-ibmecc-agora-e-socia-da-singularity>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA**

### **Influência de Olavo é maior no governo que no Congresso**

Eduardo afirma ser fã do escritor, promete "botar um quadro dele em casa" e defende as declarações que levaram a demissões na cúpula do Ministério da Educação (MEC), sem ver nisso um desgaste ao governo de seu pai. "A outra opção que ele tem seria ficar quieto e olhar coisas que ele não concorda acontecendo. Certamente ele, como brasileiro, não vai fazer isso", disse. "As opiniões dele têm um peso diferenciado por conta da história dele, das obras", reforçou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6169805/influencia-de-olavo-e-maior-no-governo-que-no-congresso>

topo ↕

## **FOLHA DE BOA VISTA - RR - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Professores municipais querem receber progressões de 2018**

Professores concursados do município do Bonfim denunciam que estão sem receber as progressões referentes ao ano de 2018.

Segundo uma professora que pediu para não ser identificada, as progressões deveriam ter sido pagas em dezembro.

"Já procuramos a prefeitura, que nos disse que o processo está pronto, mas não existe recurso para efetuar o pagamento", comentou.

De acordo com informações da professora, é estranha essa justificativa da prefeitura, até porque são recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

## **PREFEITURA BONFIM**

A Prefeitura de Bonfim, por meio da Secretaria Municipal de Educação, informou que as progressões serão pagas no mês de abril deste ano.

Informou ainda que a suspensão do pagamento das progressões ocorreu em

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, para não ultrapassar o limite de gastos em 2018.

Disse também que para o pagamento das progressões do ano passado, foi realizado um planejamento juntamente com a Comissão de Avaliação das Progressões.

A Prefeitura de Bonfim esclareceu que, além dos recursos oriundos do Fundeb, existe a contrapartida por parte do município para pagar os benefícios dos educadores.

[topo](#)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES**

### **Nutrição infantil no País passará por uma análise**

A Universidade Federal do Rio de Janeiro inicia a primeira etapa do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani). O estudo é voltado para crianças de até cinco anos de idade e tem o apoio do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A coleta de dados vai até dezembro próximo, com a divulgação dos resultados a partir de fevereiro de 2020.

A primeira fase do estudo, inédito no Brasil com a abrangência e o detalhamento propostos em âmbito nacional, vai percorrer 123 municípios de todas as regiões do Brasil. O objetivo é coletar informações de cerca de 15 mil domicílios, o que pode significar obter informações de até 17 mil crianças menores de cinco anos de idade.

Os resultados do “censo de nutrição infantil” permitirão ao Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de Alimentação e Nutrição, formular políticas públicas baseadas em evidências voltadas para as crianças na faixa etária abaixo de cinco anos. Os primeiros estados a serem visitados são Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, totalizando 23 municípios. São eles: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro; Serra e Vitória, no Espírito Santo; Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho, na Bahia; Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Rio Grande, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão, no Rio Grande do Sul.

O coordenador nacional do Enani, Gilberto Kac, do Instituto de Nutrição José de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que o estudo tem três metas. A primeira é mapear deficiências de micronutrientes (vitaminas e minerais) entre as crianças com menos de cinco anos, em termos de alimentação e nutrição. O estudo conseguirá mapear o estado nutricional bioquímico de crianças entre seis meses e 59 meses. O trabalho vai medir também a alimentação das crianças abaixo de 5 anos de idade.

O terceiro objetivo é o mapeamento do estado nutricional antropométrico (conjunto de técnicas utilizadas para medir o corpo humano ou suas partes) que, no caso, inclui medir o peso e a altura das crianças e das mães. (ABR)

[topo](#)

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **Prefeito de Altamira diz que não vai cumprir recomendação do MP sobre volta da Universidade Aberta**

O prefeito de Altamira, Domingos Sousa, vai manter a decisão de desativar o polo do sistema Universidade Aberta do Brasil no município. Esta semana, o Ministério Público

Federal e o Ministério Público do Pará enviaram à prefeitura uma recomendação no sentido contrário.

O prefeito afirma que já recebeu a recomendação, mas que não será possível acatá-la por falta de recursos nos cofres municipais.

Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação, a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009.

Cerca de 200 alunos estavam matriculados em cursos de licenciatura em Biologia e Matemática, pós-graduação em Sociologia e pós-graduação em Matemática. O prefeito de Altamira, Domingos Sousa, sugere que eles busquem vagas em outras universidades públicas.

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior, ligada ao Ministério da Educação (Capes) já notificou a Prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

topo ↕

## **JORNAL DA USP - SP - GERAL**

### **Escritório estuda criar indicadores do impacto social das universidades**

#### **A construção de indicadores de desempenho para as universidades foi tema de workshop da Fapesp**

O III Workshop Indicadores de Desempenho nas Universidades Estaduais Paulistas foi realizado no dia 14 de março, na Unicamp – Foto: Antoninho Marmo Perri/Assessoria de Imprensa da Unicamp

O Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico (Egida) estuda criar indicadores que avaliem o impacto das universidades na sociedade. Esse tema fez parte das discussões da terceira edição do Workshop Indicadores de Desempenho, realizado no dia 14 de março.

“É cada vez mais necessário explicar para a sociedade a importância das universidades públicas de pesquisa que, mais do que formar bons profissionais, contribuem com pesquisas, atividades de cultura e extensão e desenvolvimento de políticas públicas”, explicou o coordenador do Egida, Aluisio Augusto Cotrim Segurado, durante o evento.

Criado em junho do ano passado, o Egida tem a missão de desenvolver pesquisas institucionais, coletando dados e analisando informações que possam subsidiar o planejamento estratégico e a tomada de decisão pelos gestores da USP.

“Muitas universidades do exterior, especialmente as anglo-saxãs, já têm consolidada a cultura da pesquisa institucional, mas essa é uma prática relativamente inédita no Brasil e as universidades paulistas estão assumindo um papel pioneiro”, afirma Segurado.

De acordo com ele, a primeira etapa da pesquisa institucional é o aprimoramento de ferramentas que auxiliem na coleta de dados. “Nesse aspecto, a USP tem a vantagem de já dispor de sistemas informacionais corporativos que auxiliam as atividades da Universidade. Nos últimos anos, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

também vem desenvolvendo e aprimorando um ambiente de integração desses sistemas, inclusive com sistemas de outras instituições como Fapesp e Capes”, explica.

Além dos dados que podem ser obtidos diretamente por meio dos sistemas, o Egida está trabalhando com os gestores de diversos órgãos da Universidade para a construção de novos indicadores de desempenho que sejam significativos para cada área.

“A ideia é transcender os dados quantitativos e fazer uma análise mais qualitativa das informações. Futuramente poderemos ser capazes de monitorar o desempenho da Universidade em diversas áreas e elaborar relatórios de feedback para as pró-reitorias e superintendências”, avalia o coordenador.

Outra importante tarefa assumida pelo Egida é a interlocução com as agências responsáveis pela elaboração dos rankings acadêmicos nacionais e internacionais, centralizando e fornecendo os dados da instituição.

#### Projeto Indicadores de desempenho

Promovido pelo projeto de pesquisa Indicadores de desempenho nas universidades estaduais paulistas, financiado pela Fapesp e vinculado ao Programa de Pesquisa em Políticas Públicas, o workshop reuniu dirigentes e pesquisadores para discutirem os fatores que influenciam o desempenho científico das universidades, as metas almejadas para 2022 e comparações com instituições internacionais.

O projeto é liderado pelo ex-reitor da USP, Jacques Marcovitch, e pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), e tem o objetivo de aprimorar métricas, comparar desempenhos entre universidades com perfis similares, definir metas, criar indicadores de desempenho e melhorar a inserção internacional das universidades, tendo como referência os critérios de mensuração utilizados em rankings internacionais.

Além de pesquisadores e dirigentes das três universidades paulistas, o evento contou com a participação de reitores de várias universidades federais e as confessionais, em um esforço conjunto para a definição de novas métricas de indicadores de desempenho.

“Estamos adensando o movimento graças à adesão de novos atores. Isso é muito positivo, pois nenhuma universidade vai progredir sozinha se as demais também não forem melhoradas. Para que o avanço seja real e sustentável, é preciso promover um movimento coletivo em favor da qualidade das instituições de ensino superior no Brasil, o desenvolvimento tem que ser coletivo. Todo o sistema precisa progredir”, explicou Marcovitch.

#### Horizonte 2022

No primeiro painel do evento, intitulado USP, Unicamp e Unesp: Horizonte 2022, representantes das três universidades falaram sobre as iniciativas desenvolvidas para estabelecer seus próprios indicadores de desempenho, os desafios para a implantação de um sistema de avaliação institucional, as ferramentas analíticas e as metas para o futuro das instituições.

O coordenador do Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico (Egida), Aluisio Augusto Cotrim Segurado, e o superintendente de Tecnologia da

Informação (STI), João Eduardo Ferreira, falaram sobre as atribuições do novo Escritório, a evolução dos sistemas corporativos da USP e o que está sendo planejado para o futuro.

Entre outros representantes da USP, participaram do evento o pró-reitor de Pós-Graduação, Carlos Gilberto Carlotti Jr.; o coordenador da Agência USP de Inovação (Auspín), Antonio Carlos Marques; e as professoras Nina Ranieri e Elizabeth Balbachevsky.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **Decreto sobre alfabetização deve priorizar método fônico**

Minuta de decreto elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) indica que a alfabetização no País deverá priorizar o chamado método fônico, aquele em que as crianças precisam identificar os segmentos de som que formam uma palavra. Grupos de especialistas acreditam essa é uma visão limitada e mecânica de ensinar a ler e escrever. O Estado teve acesso ao texto do decreto, ainda não publicado, que também inclui a família como um dos “agentes do processo de alfabetização”.

A Política Nacional de Alfabetização foi uma das medidas consideradas prioritárias pelo governo de Jair Bolsonaro para os primeiros cem dias de governo. A minuta de decreto foi entregue no fim do mês passado à Casa Civil, que fez críticas ao texto por considerar que não há detalhes de como a política será executada.

Segundo o texto, um dos objetivos é a fundamentação de programas e ações a partir de cinco pilares: “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto”.

Há também orientação para que crianças da educação infantil (0 a 5 anos) tenham “ensino de habilidades fundamentais para a alfabetização, como consciência fonológica, consciência fonêmica, conhecimento alfabético”. As diretrizes também incluem “desenvolvimento de habilidades de matemática básica, como contagem nos dedos e contagem verbal”. O texto deixa claro que os Estados e municípios que aderirem à política receberão “assistência técnica e financeira” da União.

O documento é uma expressão da briga que se instaurou dentro do MEC, entre os chamados “olavistas”, seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os integrantes de perfil técnico.

Segundo fontes, o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalin, foi um dos que pressionou para que o método fônico fosse evidenciado no documento. O grupo técnico defendia que o MEC estimulasse discussões no Conselho Nacional de Educação (CNE) com especialistas para se elaborar depois uma lei sobre o assunto.

A atual secretária da Educação Básica, Tânia Almeida, e o ex-secretário executivo do MEC Luiz Antonio Tozi, chegaram a declarar em eventos para educadores no mês passado que não haveria indicação de método algum pelo governo. Tozi foi demitido a pedido de Bolsonaro, depois de virar alvo de “olavistas”.

Antes de assumir um posto no MEC, Nadalin, que defende o método fônico, comandava uma pequena escola em Londrina, o Mundo Balão Mágico, e vendia livros pela internet

sobre como os pais devem educar seus filhos. Ele teria, inclusive, pedido que seus livros fossem incluídos na política de alfabetização, o que foi refutado pelo grupo técnico.

Os “olavistas” também não concordam com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada em 2017 e dá as diretrizes para a alfabetização do País, sem indicar apenas um método. Não há qualquer referência à BNCC no decreto.

Para Patrícia Diaz, diretora pedagógica da Comunidade Educativa (Cedac), que trabalha com formação de professores alfabetizadores, o decreto é um “retrocesso” porque ignora que a língua é uma “construção social”. Ela acredita que o texto tem uma “visão tecnicista”. “O decreto defende que depois que se aprende a técnica, você usa a língua. A gente rompeu com essa visão do final da década de 90”, diz.

A especialista em educação infantil do instituto Avisa Lá, Cisele Ortiz, completa que a visão do decreto é muito baseado em treinamento e memória. “Não é memorizando que faca e vaca são fonemas diferentes que a criança aprende. Parece que ela é um depositário de conteúdos para se alfabetizar, para aprender sobre números. E ela aprende dentro do contexto cultural que está”, completa. “O texto não fala que a criança precisa compreender o que lê, o que é essencial”.

O ex-secretário de Educação do Ceará, Estado que é referência em políticas de alfabetização no País, Maurício Holanda também afirma que um decreto não deveria indicar métodos. Ele ainda critica o texto ter dado ênfase ao papel da família na alfabetização das crianças. “Claro que as famílias devem participar, mas isso algo muito idealizado. Se tivessem pais e mães capacitados a alfabetizá-los, eles já estariam alfabetizados”, diz. Para ele, esse papel é da escola e dos professores, já que muitos pais são analfabetos funcionais no País.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **MPF abre investigação de improbidade contra ministro da Educação**

#### **Caso envolve envio de cartas a escolas com slogan de campanha de Bolsonaro**

BRASÍLIA – O Ministério Público Federal abriu uma investigação de improbidade administrativa contra o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pelo caso do envio de cartas às escolas contendo o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

O caso foi instaurado na Procuradoria da República do Distrito Federal (PR-DF) pela procuradora Eliana Pires Rocha, que também é procuradora regional dos Direitos do Cidadão. A investigação foi aberta sob a categoria de “procedimento preparatório”, que é uma fase inicial de apuração. Como a investigação é de caráter civil, pode ser feita pela primeira instância, que é justamente o que ocorreu neste caso – o Judiciário entende que não há foro privilegiado para casos de improbidade.

A mensagem dirigida por Vélez à comunidade escolar mencionava a saudação de “novos tempos” no Brasil e era encerrada com o slogan da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”. Além disso, a mensagem orienta os diretores a filmar os alunos durante a leitura da carta e a enviar ao Ministério da Educação (MEC) os vídeos, sem explicar para que serão usados. Os estudantes e servidores, segundo o ofício encaminhado às escolas, devem ficar perfilados diante da bandeira do Brasil ao ouvir a leitura e o hino nacional.

O GLOBO obteve o despacho de abertura da investigação, que traz o seguinte resumo sobre o objeto: “Suposta improbidade praticada pelo Ministro da Educação, que emitiu carta às escolas do país, exortando-as a submeter os estudantes à execução do hino nacional perante a bandeira e a registrar imagens dos alunos para posterior envio ao ministério. Além disso, finalizou a carta com slogan da campanha eleitoral presidencial ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!’”. O despacho também aponta diretamente como pessoa investigada o atual ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, que assina as cartas enviadas às escolas.

Com a instauração do procedimento preparatório, Vélez passa a ser formalmente investigado no caso, o que representa mais um desgaste contra o ministro da Educação. A procuradora Eliana Pires Rocha, responsável pelo caso, expediu um ofício a Vélez solicitando esclarecimentos. O pedido teve que ser encaminhado por meio da Procuradoria-Geral da República (PGR) porque envolve um ministro de Estado. A PGR expediu o documento para Vélez no último dia 7 de março. Foi dado um prazo de dez dias úteis para resposta dele, contados a partir do recebimento do ofício.

Um dos problemas sob avaliação dos investigadores é uma possível violação ao artigo 37 da Constituição, segundo o qual a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Por isso, o slogan de Bolsonaro poderia caracterizar irregularidades.

Questionado sobre o assunto em uma audiência pública no Senado no último dia 26, Vélez reconheceu que foi “um erro” o episódio:

— Slogan de campanha foi um erro, já tirei (da carta), reconheci, um engano, tirei imediatamente — disse Rodríguez, em audiência pública na Comissão de Educação do Senado.

Procurada, a assessoria de imprensa do MEC afirmou em nota: "O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, está analisando o pedido de informações e, oportunamente, apresentará resposta ao Ministério Público Federal".

topo ↕

## **AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL**

### **MPF abre investigação contra Vélez por improbidade administrativa**

BRASÍLIA - (Atualizada às 21h12) O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, será alvo de uma investigação preliminar no Ministério Público Federal (MPF) pela prática de ato de improbidade administrativa.

O caso é referente ao envio de cartas às escolas do país em que constava o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL) - "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

A procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Eliana Pires Rocha, pediu esclarecimentos ao ministro em até dez dias úteis. A medida acentua o desgaste de Vélez na Esplanada - indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, ele está no centro de uma crise com a ala militar do governo.

Apesar de ministros de Estado terem direito ao chamado foro privilegiado, essa apuração inicial ficará em primeira instância, pois a prerrogativa não é válida para supostos crimes de improbidade.

Nas cartas remetidas às escolas, Vélz orientava os diretores a filmar os alunos enfileirados diante da bandeira do Brasil, ouvindo uma saudação de sua autoria e cantando o hino nacional. Depois, os vídeos deveriam ser encaminhados ao Ministério da Educação (MEC). A medida foi considerada invasiva.

De acordo com a Constituição Federal, a publicidade de atos, programas e serviços do governo devem ter caráter educativo ou informativo, ficando proibido que seja vinculada a "símbolos, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". A utilização do slogan de campanha de Bolsonaro na carta a ser lida aos alunos violaria esse artigo.

No fim de fevereiro, em audiência pública no Senado, Vélz reconheceu ter cometido "um erro, um engano".

Em nota enviada pela assessoria da pasta, o ministro disse que "está analisando o pedido de informações e, oportunamente, apresentará resposta ao Ministério Público Federal".

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **UnB abre inscrições para o Programa de Iniciação Científica**

#### **Os registros podem ser feitos entre abril e maio**

Eu, Estudante

O Decanato de Pós-Graduação (DPG) está com as inscrições abertas para o Programa de Iniciação Científica 2019-2020 da Universidade de Brasília (UnB), para vigência no período de agosto de 2019 a julho de 2020. Um dos objetivos é despertar a vocação científica e desenvolver talentos para a pesquisa e para a inovação, mediante a participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa de referência de docentes da instituição, de acordo com sua titulação. Os registros podem ser feitos entre abril e maio de acordo com área.

Os recursos alocados para atender ao programa são oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da contrapartida oferecida pela universidade e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). O público-alvo é o estudante de graduação que atenda alguns requisitos: ser selecionado(a) e indicado(a) pelo(a) orientador(a) para desenvolver plano de trabalho em projeto de pesquisa submetido ao ProIC/DPG/UnB; estar devidamente matriculado(a) em disciplinas de curso de graduação, nos semestres correspondentes ao período de vigência do edital, em qualquer instituição de ensino superior do Distrito Federal; ter currículo devidamente preenchido e atualizado na Plataforma Lattes do CNPq; entre outros. Para mais informações acesse e confira o documento.

Anote o cronograma de atividades!

7/3 a 7/4/2019 - Divulgação dos editais PIBIC/PIBIC-AF

8/4/2019 a 15/4/2019 - PIBIC/PIBIC-AF - Período de inscrição para a área de artes e humanidades

16/4/2019 a 23/4/2019 - PIBIC/PIBIC-AF- Período de inscrição para a área da saúde e



vida

24/4/2019 a 1/5/2019 - PIBIC/PIBIC-AF - Período de inscrição para a área de exatas e tecnologia

17/6/2019 - Divulgação do resultado provisório

18 a 21/6/2019 - Pedido de reconsideração (8h às 17h)

18/7/2019 - Divulgação do resultado final (A partir das 16h)

18 a 31/7/2019 - Entrega do Termo de Compromisso

9/3 a 30/3/2020 - Envio do Questionário de Acompanhamento

6/7 a 27/7/2020 - Envio de Resumo e de Relatório

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **GDF anuncia reforço na segurança de 40 escolas após ameaça de ataque**

**Entre as regiões administrativas que terão colégios com segurança reforçada estão Ceilândia, Gama, Planaltina e São Sebastião. Governo anunciou ainda lançamento do EducaDF**

Diante do recente caso de ameaça em escola, o Executivo adotará medidas para reforçar a segurança nas instituições de ensino públicas do Distrito Federal. As medidas foram discutidas nesta terça-feira (19/3), em reunião entre o governador Ibaneis Rocha (MDB) e os secretários de Segurança, Anderson Gustavo Torres, e de Educação, Rafael Parente. Também participaram a comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Sheyla Soares Sampaio; o secretário-adjunto da Casa Civil, Marcelo Martins da Cunha; e o chefe da Casa Militar, coronel Júlio César Lima de Oliveira.

De acordo com Parente, nos próximos dias, cerca de 40 escolas contarão com a presença de policiais deslocados de outros grupamentos para reforçar o efetivo do Batalhão Escolar. Entre 150 e 180 militares atuarão em colégios considerados “problemáticos”. “Vamos reforçar a questão da inteligência e das rondas perto das escolas nos próximos dias. Em algumas, ficarão permanentemente. Outros ficarão entre dois ou três colégios. Isso vai depender do caso, da gravidade, da situação de violência e da agressividade”, detalhou Rafael Parente.

Cerca de 40 instituições de ensino passarão por esse monitoramento de inteligência e com fiscalização in loco e em mídias sociais. Entre as regiões administrativas que terão colégios com segurança reforçada estão Ceilândia, Gama, Planaltina e São Sebastião. “Infelizmente, estamos em uma fase de insegurança e temos tido brincadeiras infelizes em relação a comportamento dos adolescentes e precisamos inibir isso. Precisamos de uma resposta da Polícia Militar. Sabemos que será nos próximos dias”, declarou o secretário de Educação.

Na sexta-feira (15/3), Parente afirmou que a pasta registrou casos de ameaças feitas por estudantes de quatro escolas da rede pública. As ocorrências foram investigadas, mas informações sobre os envolvidos não foram divulgadas para não atrapalhar o andamento dos trabalhos. Ele acrescentou que a nova medida não tem relação com as escolas de gestão compartilhada e que o Governo do Distrito Federal (GDF) aguarda apoio do Ministério da Educação (MEC) para ampliar a quantidade de escolas desse modelo.

### **Plano estratégico**

O secretário afirmou, ainda, que o governador deve anunciar, nesta quarta-feira (20/3), um programa com uma série de ações focadas na educação. Intitulado EducaDF, o plano estratégico criado pelo Executivo envolverá cinco bandeiras com temas a serem

encampados ao longo dos quatro anos de governo.

As frentes contemplam inovação tecnológica, segurança, excelência no ensino, construção de mais creches e escolas, além da valorização e do fortalecimento dos profissionais da área. Os detalhes, segundo Parente, serão divulgados a partir das 10h, em cerimônia no Palácio do Buriti. Ainda não há, contudo, registros sobre o evento na agenda pública do governador.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**MPF decide apurar se Ricardo Vélez cometeu improbidade ao enviar carta a escolas**

**Carta continha slogan da campanha de Bolsonaro e pedia a escolas que filmassem alunos cantando Hino Nacional. Ministro diz que errou e, segundo assessoria, enviará resposta ao MPF.**

O Ministério Público Federal em Brasília informou nesta terça-feira (19) que vai apurar se o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, cometeu improbidade administrativa.

No mês passado, o ministro enviou uma carta a escolas na qual havia a inscrição "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", slogan da campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro.

Na carta, Vélez Rodríguez também pedia para que as escolas filmassem alunos cantando o Hino Nacional e enviassem o vídeo ao MEC.

A abertura da apuração foi noticiada pelo site do jornal "O Globo" e confirmada pelo Ministério Público.

Procurada, a assessoria de Vélez Rodríguez enviou a seguinte resposta: "O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, por meio de sua assessoria, está analisando o pedido de informações e, oportunamente, apresentará resposta ao Ministério Público Federal."

De acordo com o MPF, a procuradora do caso, Eliana Pires Rocha, enviou um ofício ao ministro para pedir esclarecimentos.

O procedimento visa apurar se Vélez Rodríguez feriu o Artigo 37 da Constituição, que estabelece princípios da impessoalidade.

**Ministro diz que errou**

Em 26 de fevereiro, Vélez Rodríguez participou de uma audiência pública no Senado e, questionado pela imprensa sobre o episódio da carta, disse que errou ao pedir a filmagem às escolas.

"Eu percebi o erro, tirei essa frase [slogan de campanha], tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais. Evidentemente, se alguma coisa for publicada, será dentro da lei, com autorização dos pais", afirmou.

Dois dias depois, em 28 de fevereiro, o Ministério da Educação desistiu de pedir o vídeo às escolas.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Câmara aprova prioridade de matrícula escolar a filho de vítima de violência doméstica**

**Alteração na Lei Maria da Penha beneficia mulheres que saem de casa para fugir de agressores. Em alguns casos, filhos encontravam dificuldade para trocar de escola em meio ao ano letivo.**

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (19) projeto de lei que assegura prioridade na matrícula ou transferência em escolas de educação básica aos filhos de mulheres que sofrem violência doméstica.

A intenção da proposta, que altera a Lei Maria da Penha, é auxiliar as vítimas nos casos em que é necessário abandonar a casa do agressor. Em muitos casos, após fugir dos companheiros que as agridem, essas mulheres encontram dificuldade para matricular os filhos em meio ao ano letivo.

Pelo projeto, o juiz poderá determinar, como medida protetiva de urgência, a matrícula ou a transferência dos filhos das vítimas de violência doméstica para instituições de ensino mais próximas da nova residência, ainda que não existam vagas disponíveis.

Nesta terça-feira, durante a votação do projeto, a deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) – autora do texto – destacou aos colegas de parlamento que as vítimas de violência doméstica se encontram em uma situação "vulnerável" e que, muitas vezes, precisam ser afastadas do seu agressor.

"No momento em que elas são agredidas, elas têm uma situação tão desprotegida e, muitas vezes, ao serem afastadas do agressor, precisam mudar de local onde residem, precisam procurar um trabalho e, frequentemente, não encontram próximo a sua moradia o local para os seus filhos estudarem", ponderou a parlamentar do PSDB.

"É uma situação que os prefeitos não conseguem ter, principalmente na infantil, vagas para todos. Mas essas mulheres numa situação vulnerável, numa situação frágil, precisam ter a garantia para poderem voltar a uma situação de trabalho buscando autonomia financeira", complementou Geovania.

A proposta aprovada pela Câmara estabelece ainda que, para obter o benefício, as mulheres vão precisar apresentar documento que comprove registro de ocorrência da violência doméstica na Polícia Civil ou de tramitação de ação judicial contra o agressor.

Após ter sido aprovado pelos deputados, o texto será submetido agora ao Senado. Se for aprovada pelos senadores, a proposta seguirá para sanção presidencial.

topo ↕

## METRÓPOLES - TEMPO REAL

### **Evangélicos discutem boicotar reunião com ministro da Educação**

**Ausência em encontro com Ricardo Vélez Rodríguez foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp de deputados da Frente Parlamentar Evangélica**

Deputados da bancada evangélica ameaçam boicotar convite do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para uma reunião nesta quarta-feira (20/3), no seu gabinete em Brasília. A ausência foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica as quais a reportagem teve acesso. A preocupação é de que a

presença dos deputados seja interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

A reportagem apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), um dos cotados para substituir Vélez. O ministro está na berlinda desde que virou alvo do grupo ligado ao escritor Olavo de Carvalho e se envolveu em polêmicas, como determinar que as escolas gravem os alunos cantando o Hino Nacional e enviem vídeos ao Ministério da Educação (MEC). Após a imprensa revelar o caso, o ministro recuou.

Presidente interino da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado federal Lincoln Portela (PR-MG) disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião com o ministro. O objetivo, segundo ele, era levar a frente para abrir diálogo com Vélez.

Na tarde desta terça-feira (19), assessores de Vélez ligavam para os deputados para confirmar o encontro, enquanto o líder do governo no Congresso, Marco Feliciano (Podemos-SP), se dedicava a convencer os colegas a recusar o convite. “O MEC está abandonado e o ministro não vai usar bancada para escudo”, disse.

Planalto

Na semana passada, Vélez esteve no Planalto quatro vezes, o que gerou especulações de que seria substituído. Nesta terça, o ministro voltou ao palácio para reunião na Casa Civil, para tratar do nome do secretário executivo da pasta. Ele tentou emplacar a educadora Iolene Lima na vaga, mas o nome foi vetado pelo governo.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Evangélicos discutem boicotar Vélez**

Deputados da bancada evangélica ameaçam boicotar convite do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para reunião nesta quarta-feira, 19, em Brasília. A ausência foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica as quais o jornal O Estado de S. Paulo teve acesso. A preocupação é de que a presença dos deputados seja interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

O Estado apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), cotado para substituir Vélez.

Presidente interino da frente, o deputado Lincoln Portela (PR-MG) disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião. O objetivo, segundo ele, seria abrir diálogo com o ministro.

Nesta terça-feira, 18, assessores de Vélez ligavam para os deputados para confirmar o encontro, enquanto o vice-líder do governo no Congresso, Marco Feliciano (Podemos-SP), se dedicava a convencer os colegas a recusar o convite. “O MEC está abandonado e o ministro não vai usar bancada para escudo”, disse.

Na semana passada, Vélez esteve no Planalto quatro vezes, o que gerou especulações de que seria substituído. Anteontem, o ministro voltou ao palácio para reunião na Casa

Civil, para tratar do nome do secretário executivo da pasta. Ele tentou emplacar a educadora Iolene Lima na vaga, que foi vetada pelo governo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Decreto sobre alfabetização prioriza método fônico**

Minuta de decreto elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) indica que a alfabetização no País deverá priorizar o método fônico, aquele em que as crianças precisam identificar os segmentos de som que formam uma palavra. Grupos de especialistas acreditam, porém, que essa é uma visão limitada e mecânica. A reportagem teve acesso ao texto do decreto, não publicado, que também inclui a família como um dos “agentes do processo de alfabetização”.

A Política Nacional de Alfabetização foi uma das medidas consideradas prioritárias pelo governo de Jair Bolsonaro para os primeiros cem dias de governo. A minuta de decreto foi entregue no fim do mês passado à Casa Civil, que fez críticas ao texto por considerar que não há detalhes de como a política será executada.

Segundo a proposta, um dos objetivos é fundamentar programas e ações a partir de cinco pilares: “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto”. Há também orientação para que crianças da educação infantil (0 a 5 anos) tenham “ensino de habilidades fundamentais para a alfabetização, como consciência fonológica, consciência fonêmica, conhecimento alfabético”. As diretrizes ainda incluem “desenvolvimento de habilidades de matemática básica, como contagem nos dedos e contagem verbal”.

O texto deixa claro que Estados e municípios que aderirem à política receberão “assistência técnica e financeira” da União, mas não indica de que maneira pode ser colocada em prática. O documento é uma expressão da briga que se instaurou no MEC entre os seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os integrantes de perfil técnico. A disputa tem enfraquecido o ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

### **Disputa**

Segundo fontes, o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco Nadalin, foi um dos que pressionou para que o método fônico fosse evidenciado. O grupo técnico defendia que o MEC estimulasse discussões no Conselho Nacional de Educação (CNE), com especialistas, para se elaborar depois uma lei sobre o assunto. A atual secretária da Educação Básica, Tânia Almeida, e o ex-secretário executivo do MEC Luiz Antonio Tozi chegaram a declarar em evento para educadores, no mês passado, que não haveria indicação de método nenhum pelo governo. Tozi foi demitido a pedido de Bolsonaro, depois de virar alvo de “olavistas”.

Antes de assumir um posto no MEC, Nadalin comandava uma pequena escola em Londrina e divulgava seus livros pela internet sobre como os pais devem educar os filhos. Ele teria, até mesmo, pedido que suas obras fossem incluídas na política de alfabetização, o que foi refutado pelo grupo técnico.

Os “olavistas” também não concordam com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada em 2017 e dá as diretrizes para a alfabetização do País, sem indicar apenas um método. A BNCC enfatiza ainda que o eixo da educação infantil deve

ser “as interações e a brincadeira” e não a alfabetização. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Evangélicos discutem boicotar reunião com ministro da Educação Ausência em encontro com Ricardo Vélez Rodríguez foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp de deputados da Frente Parlamentar Evangélica as quais o Estado teve acesso**

BRASÍLIA - Deputados da bancada evangélica ameaçam boicotar convite do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para uma reunião nesta quarta-feira, 20, no seu gabinete em Brasília. A ausência foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica as quais o Estado teve acesso. A preocupação é de que a presença dos deputados seja interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

O Estado apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), um dos cotados para substituir Vélez. O ministro está na berlinda desde que virou alvo do grupo ligado ao escritor Olavo de Carvalho e se envolveu em polêmicas, como determinar que as escolas gravem os alunos cantando o Hino Nacional e enviem vídeos ao Ministério da Educação (MEC). Após o Estado revelar o caso, o ministro recuou.

Presidente interino da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado federal Lincoln Portela (PR-MG) disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião com o ministro. O objetivo, segundo ele, era levar a frente para abrir diálogo com Vélez.

Na tarde desta terça-feira, 19, assessores de Vélez ligavam para os deputados para confirmar o encontro, enquanto o líder do governo no Congresso, Marco Feliciano (Podemos-SP), se dedicava a convencer os colegas a recusar o convite. "O MEC está abandonado e o ministro não vai usar bancada para escudo", disse.

Planalto. Na semana passada, Vélez esteve no Planalto quatro vezes, o que gerou especulações de que seria substituído. Nesta terça-feira, o ministro voltou ao palácio para reunião na Casa Civil, para tratar do nome do secretário executivo da pasta. Ele tentou emplacar a educadora Iolene Lima na vaga, mas o nome foi vetado pelo governo.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Procuradoria vai investigar titular do MEC por improbidade**

A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu uma investigação para apurar se houve improbidade administrativa do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, no envio de cartas às escolas de todo Brasil com slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro.

No e-mail enviado pelo ministro às escolas, o ministério pedia que as crianças fossem perfiladas para cantar o Hino Nacional e que o momento fosse gravado em vídeo e enviado para o governo. O e-mail solicitava ainda que fosse lida para elas uma carta do ministro que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos." O envio da mensagem foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A investigação contra Vélez foi instaurada como um procedimento preparatório pela procuradora da República Eliana Pires Rocha. Ela solicitou, por meio da Procuradoria-Geral da República, explicações ao ministro, que tem dez dias úteis para responder.

Embora tenha foro por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado, o ministro pode ser alvo da apuração pelo fato de se tratar de um procedimento na esfera cível.

Após a repercussão negativa sobre o envio, o ministro chegou a assumir o erro. "Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais", afirmou.

Na apuração aberta, a procuradora quer verificar se Vélez violou o artigo 37 da Constituição, segundo o qual a publicidade dos atos, programas e campanhas de órgãos públicos, como o Ministério da Educação, não pode conter nomes, imagens ou símbolos que sirvam para promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. A violação teria ocorrido ao se utilizar do slogan de campanha de Bolsonaro.

No despacho em que instaura o procedimento, a procuradora cita a suposta improbidade no envio do e-mail.

Defesa

O ministro da Educação, por meio de sua assessoria, disse estar analisando o pedido de informações e que, oportunamente, apresentará resposta ao Ministério Público Federal. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Procuradoria vai investigar titular do MEC por improbidade

Brasília

A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu uma investigação para apurar se houve improbidade administrativa do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, no envio de cartas às escolas de todo Brasil com slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro.

No e-mail enviado pelo ministro às escolas, o ministério pedia que as crianças fossem perfiladas para cantar o Hino Nacional e que o momento fosse gravado em vídeo e enviado para o governo. O e-mail solicitava ainda que fosse lida para elas uma carta do ministro que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos." O envio da mensagem foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A investigação contra Vélez foi instaurada como um procedimento preparatório pela procuradora da República Eliana Pires Rocha. Ela solicitou, por meio da Procuradoria-Geral da República, explicações ao ministro, que tem dez dias úteis para responder.

Embora tenha foro por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado, o ministro pode ser alvo da apuração pelo fato de se tratar de um procedimento na esfera cível.

Após a repercussão negativa sobre o envio, o ministro chegou a assumir o erro. "Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a

filmar crianças sem a autorização dos pais", afirmou.

Na apuração aberta, a procuradora quer verificar se Vélez violou o artigo 37 da Constituição, segundo o qual a publicidade dos atos, programas e campanhas de órgãos públicos, como o Ministério da Educação, não pode conter nomes, imagens ou símbolos que sirvam para promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. A violação teria ocorrido ao se utilizar do slogan de campanha de Bolsonaro.

No despacho em que instaura o procedimento, a procuradora cita a suposta improbidade no envio do e-mail.

Defesa

O ministro da Educação, por meio de sua assessoria, disse estar analisando o pedido de informações e que, oportunamente, apresentará resposta ao Ministério Público Federal. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Evangélicos discutem boicotar Vélez**

**Naira Trindade e Lígia Formenti**

Brasília

Deputados da bancada evangélica ameaçam boicotar convite do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para reunião nesta quarta-feira, 19, em Brasília. A ausência foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica as quais o jornal O Estado de S. Paulo teve acesso.

A preocupação é de que a presença dos deputados seja interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

O Estado apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), cotado para substituir Vélez.

Presidente interino da frente, o deputado Lincoln Portela (PR-MG) disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião. O objetivo, segundo ele, seria abrir diálogo com o ministro.

Nesta terça-feira, 18, assessores de Vélez ligavam para os deputados para confirmar o encontro, enquanto o vice-líder do governo no Congresso, Marco Feliciano (Podemos-SP), se dedicava a convencer os colegas a recusar o convite. "O MEC está abandonado e o ministro não vai usar bancada para escudo", disse.

Na semana passada, Vélez esteve no Planalto quatro vezes, o que gerou especulações de que seria substituído. Anteontem, o ministro voltou ao palácio para reunião na Casa Civil, para tratar do nome do secretário executivo da pasta. Ele tentou emplacar a educadora Iolene Lima na vaga, que foi vetada pelo governo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Decreto sobre alfabetização prioriza método fônico**



São Paulo

Minuta de decreto elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) indica que a alfabetização no País deverá priorizar o método fônico, aquele em que as crianças precisam identificar os segmentos de som que formam uma palavra. Grupos de especialistas acreditam, porém, que essa é uma visão limitada e mecânica. A reportagem teve acesso ao texto do decreto, não publicado, que também inclui a família como um dos "agentes do processo de alfabetização".

A Política Nacional de Alfabetização foi uma das medidas consideradas prioritárias pelo governo de Jair Bolsonaro para os primeiros cem dias de governo. A minuta de decreto foi entregue no fim do mês passado à Casa Civil, que fez críticas ao texto por considerar que não há detalhes de como a política será executada.

Segundo a proposta, um dos objetivos é fundamentar programas e ações a partir de cinco pilares: "consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto". Há também orientação para que crianças da educação infantil (0 a 5 anos) tenham "ensino de habilidades fundamentais para a alfabetização, como consciência fonológica, consciência fonêmica, conhecimento alfabético". As diretrizes ainda incluem "desenvolvimento de habilidades de matemática básica, como contagem nos dedos e contagem verbal".

O texto deixa claro que Estados e municípios que aderirem à política receberão "assistência técnica e financeira" da União, mas não indica de que maneira pode ser colocada em prática. O documento é uma expressão da briga que se instaurou no MEC entre os seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os integrantes de perfil técnico. A disputa tem enfraquecido o ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

#### Disputa

Segundo fontes, o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco Nadalin, foi um dos que pressionou para que o método fônico fosse evidenciado. O grupo técnico defendia que o MEC estimulasse discussões no Conselho Nacional de Educação (CNE), com especialistas, para se elaborar depois uma lei sobre o assunto. A atual secretária da Educação Básica, Tânia Almeida, e o ex-secretário executivo do MEC Luiz Antonio Tozi chegaram a declarar em evento para educadores, no mês passado, que não haveria indicação de método nenhum pelo governo. Tozi foi demitido a pedido de Bolsonaro, depois de virar alvo de "olavistas".

Antes de assumir um posto no MEC, Nadalin comandava uma pequena escola em Londrina e divulgava seus livros pela internet sobre como os pais devem educar os filhos. Ele teria, até mesmo, pedido que suas obras fossem incluídas na política de alfabetização, o que foi refutado pelo grupo técnico.

Os "olavistas" também não concordam com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada em 2017 e dá as diretrizes para a alfabetização do País, sem indicar apenas um método. A BNCC enfatiza ainda que o eixo da educação infantil deve ser "as interações e a brincadeira" e não a alfabetização. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**CONECTADOS RN - TEMPO REAL**

## Processo seletivo de bolsistas do PIBID tem resultado parcial divulgado

5 horas atrás Educação Comentários desativados em Processo seletivo de bolsistas do PIBID tem resultado parcial divulgado 11 Views

A Coordenação local do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no Campus Canguaretama do IFRN divulgou o resultado parcial da seleção de estudantes bolsistas. Os candidatos que desejarem interpor recurso têm até as 12h de amanhã (20 de março) para proceder via e-mail, seguindo as orientações do item 11 do Edital.

Seguindo o cronograma do Edital, o resultado final deverá ser publicado na próxima quinta-feira (21), juntamente com os resultados de recursos, se houver.

A seleção disponibiliza três vagas de bolsa remunerada mais formação de cadastro de reserva. As bolsas são concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

Acesse:

Resultado Parcial

EDITAL N° 8/2019 – DG/CANG/RE/IFRN

Sobre:

O PIBID é um programa concebido pelo Ministério da Educação atendendo às atribuições legais da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério (Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007), às diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007), em consonância com os seguintes dispositivos legais e suas alterações: Lei nº 9.394/1996, Decreto nº 7.219/2010, Lei nº 13.005/2014, Resolução CNE/MEC nº 02/2015, Portaria 1. DO EDITAL 2. DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA PIBID DO IFRN 3. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA PIBID **Capes** nº 158/2017, Lei nº 9.784/1999, Lei nº 6.170/2007, Lei nº 13.019/2014, Lei nº 8.666/2013 e às normas do edital nº 7/2018-**CAPES** e a legislação em vigor aplicável à matéria.

topo ↕

### JORNAL O DIARIO - NOTÍCIAS

#### Polícia tenta convencer MP a pedir apreensão de 3º suspeito de ataque em Suzano

A Polícia Civil segue tentando comprovar o envolvimento de uma terceira pessoa no massacre em Suzano. Nesta segunda-feira, a polícia e o Ministério Público se reuniram para tratar da investigação do ataque que deixou dez mortos na última semana.

Um adolescente suspeito de ajudar a planejar o massacre em Suzano, foi ouvido na quinta-feira (14), negou a participação e foi liberado. Agora, a polícia apresentou ao Ministério Público um relatório com os resultados das buscas feitas na casa do menor.

Os policiais pretendem trazer mais elementos para a investigação que possam fazer como que o Ministério Público peça a internação provisória do adolescente de 17 anos.

Em outra parte da investigação, os policiais têm analisado imagens das câmeras de segurança da de uma loja de São Paulo. Na casa do atirador mais novo, a polícia encontrou notas fiscais do dia 8 de março referentes à compra de luvas e também de um suporte para arma. As autoridades querem saber se foi o assassino mais jovem que fez a compra ou se ele teve a ajuda de alguém.

Nesta segunda-feira (18), a Escola Estadual Professor Raul Brasil, palco do massacre, reabriu os portões. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, apenas professores e funcionários foram ao local para planejar atividades de acolhimento e preparação psicológica da comunidade.

O planejamento contará com apoio de uma força-tarefa do governo estadual e também da Prefeitura de Suzano, além de profissionais do Instituto de Psicologia da USP, Unicamp e Centros de Atenção Psicossocial (**Capes**) da Prefeitura, entre outras instituições.

Para os alunos, a escola será reaberta nesta terça-feira (19). As aulas, no entanto, ainda não serão retomadas. A data para o restabelecimento da rotina escolar será definida nesta semana pela própria direção da escola, que atende alunos dos anos finais do ensino fundamental e também do ensino médio.

Neste primeiro momento, os estudantes serão chamados para participar de atividades de acolhimento, com apoio psicológico, oficinas, terapia em grupo, rodas de conversa, depoimentos e compartilhamento de boas práticas.

Segundo anunciado no domingo (17) pela gestão João Doria (PSDB), a Escola Professor Raul Brasil receberá pintura nova e será revitalizada para que seja criado um novo ambiente escolar.

"Uma rede de apoio com instituições públicas e privadas foi formada desde o primeiro dia do episódio na escola. Esta rede atuou durante todo este fim de semana, realizando atendimento psicológico e especializado na Diretoria Regional de Ensino de Suzano e na **Capes** de Suzano, bem como fazendo visitas domiciliares às famílias das vítimas", informou o governo.

Mais dois estudantes que ficaram feridos no ataque promovido pelos ex-alunos Guilherme Tauci e Henrique de Castro (que se mataram após o ataque a tiros) receberam alta nesse sábado. Agora, o número de adolescentes que seguem internados é de apenas quatro.

De acordo com o boletim do governo estadual, dois estudantes, de 15 e 16 anos, continuam internados no Hospital das Clínicas da USP. Uma jovem de 16 anos saiu da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e está internada na enfermaria em um quadro estável. Outro adolescente, de 15 anos, está estável, mas permanece na UTI.

Mais dois jovens feridos no massacre em Suzano, também de 15 e 16 anos, estão no Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, em Mogi das Cruzes. A adolescente de 15 anos saiu da UTI, está estável e segue internada. O estudante de 16 anos passou por cirurgia nesse sábado (16), sem intercorrências, e permanece internado.

topo ↕

## LAPADA LAPADA - TEMPO REAL

### **MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará**

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará querem a reativação imediata do polo do sistema Universidade Aberta do Brasil em Altamira, no interior do estado. Eles encaminharam, nesta segunda-feira (18), uma recomendação à prefeitura de Altamira para providenciar a reabertura da unidade. Os gestores públicos terão 10 dias úteis para apresentar resposta. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insatisfatória, os procuradores e promotores podem ingressar com ação judicial.

A Universidade Aberta do Brasil em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática. Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009. Segundo o MEC, o programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Em janeiro deste ano, os estudantes foram informados do fechamento da unidade pela Secretaria Municipal de Educação, sob a alegação de que o ensino superior é responsabilidade do governo federal.

A prefeitura disponibilizava para o polo quadro de servidores composto por coordenador,

técnico de informática e auxiliares de limpeza. Computadores, livros e equipamentos da União também estavam sob a guarda do município

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capex**), ligada ao Ministério da Educação, já notificou a prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Altamira, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

topo ↕

## MAIS EXPRESSÃO - TEMPO REAL

### Prefeito Gaspar visita ministérios

#### Revisão do Teto de Média e Alta Complexidade foi um dos assuntos discutidos

O prefeito Nilson Gaspar (MDB) esteve em Brasília na última quinta-feira(14) em visita aos ministérios da Saúde e Educação em busca de recursos para o município. A secretária de Saúde, Graziela Drigo Bossolan Garcia, e o superintendente da Fiec (Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura), professor Mário Cesar Cobinachi, acompanharam o prefeito. Entre os pedidos protocolados estão a revisão do Teto MAC (Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade), e a liberação de cursos do FIC (Formação Inicial Continuada) do Pronatec.

No Ministério da Saúde, Gaspar e sua equipe foram recebidos pelo ministro Luiz Henrique Mandetta. "Cobramos a revisão do teto MAC para o custeio de procedimentos ambulatoriais e hospitalares nos serviços do SUS (Sistema Único de Saúde). O município precisa dessa atualização porque hoje Indaiatuba produz mensalmente um milhão e duzentos mil atendimentos de média e alta complexidade a mais do que a gente recebe do Governo Federal", reforçou o prefeito. Durante a reunião, o ministro recebeu um estudo atualizado sobre os atendimentos do município e se comprometeu em avaliar a situação e dar um retorno.

Com relação à Educação, foi protocolado o pedido de liberação de novas vagas para os cursos do FIC e o coordenar-geral da Diretoria de Articulação e Expansão da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério, Breno Tessinari de Carvalho, já informou que irá autorizar. O município foi contemplado com 1.600 vagas.

O grupo também visitou a **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. O projeto discutido na coordenação dos polos da Universidade Aberta do Brasil trata de um convênio para montar um polo de graduação e pós-graduação à distância (EAD) na Fiec.

topo ↕

## SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

### Revistas científicas da Sociedade Brasileira de Cardiologia passam a integrar as ferramentas de busca de publicações da Sociedade Europeia de Cardiologia

Os artigos publicados no ABC Cardiol e na IJCS, duas revistas científicas da Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC agora também podem ser encontrados nas buscas feitas a partir da plataforma de publicações científicas da European Society of Cardiology - ESC. O acordo foi feito no ano passado, durante o 73º Congresso Brasileiro de Cardiologia, em Brasília, e passou a vigorar desde o começo do ano.

O editor-chefe do ABC Cardiol, Carlos Eduardo Rochitte, publicou um editorial no CardioPulse da ESC onde destacou a história dos Arquivos Brasileiros de Cardiologia. Rochitte lembrou que o ABC Cardiol tem o maior Fator de Impacto para periódicos na área de revistas de Cardiologia e Ciências Cardiovasculares em toda a América Latina, ou seja, 1.318, com um total de 2.541 citações em 2017. "A publicação da SBC está indexada nas principais bases de dados, como o ISI Web of Science, o Cumulated Index Medicus, o PubMed Central, o EMBASE, o SCOPUS, o SCIELO e o LILACS, bem como uma classificação B2 pelo Sistema Qualis **CAPES**", completou.

Para Rochitte, houve um aumento constante no FI do ABC Cardiol, nos últimos cinco anos, resultante das políticas editoriais adotadas, entre as quais se destacam as contribuições científicas revisadas por pares; membros do Conselho Editorial e revisores selecionados entre os pesquisadores mais importantes do Brasil e do exterior; a rápida avaliação de trabalhos que são aceitos de acordo com relevância e originalidade, precisão científica e nível de importância para o avanço da ciência; indexação nas principais bases de dados; e publicação de acesso aberto bilíngue sem custo para os autores. "Vale a pena notar que a autocitação não foi focada como mostrado, o que reforça que o novo FI é uma conquista sólida da nossa comunidade científica", acrescentou o editor-chefe no texto da ESC.

Carlos Eduardo Rochitte ainda ressaltou que para promover a internacionalização do ABC Cardiol foram fomentadas parcerias internacionais, respondendo por 21% dos artigos publicados em 2017, principalmente dos Estados Unidos, Portugal, Turquia, Espanha, China e Canadá, entre outros países. "20% dos editores associados são de importantes instituições médicas internacionais. Em 2017, a revista recebeu 650 artigos para avaliação, dos quais 171 foram aprovados e 472 foram rejeitados, com uma taxa de aprovação de 26%. Atualmente, nossa taxa de aceitação é inferior a 20%", informou.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### MEC libera espelhos da redação do Enem 2018

#### Estudantes podem conferir o que erraram e o que acertaram na prova; Inep divulgou também as notas em todas as provas do Enem dos treineiros

Os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 já podem ter acesso à correção da redação para fins pedagógicos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (Inep) divulgou na manhã desta terça-feira, 19, os espelhos da redação na página do participante do exame.

Com o espelho, os estudantes podem conferir o que erraram e o que acertaram na prova. A correção tem função apenas pedagógica e não é possível interpor recurso. O tema da edição do ano passado foi Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Inep

@inep\_oficial

Atenção participantes do Enem 2018! Os espelhos de redação foram disponibilizados na manhã desta terça-feira pelo Inep. Leia mais no Portal do Inep: <https://bit.ly/2W9EBpu>

Na última edição, ao todo, 55 candidatos obtiveram a nota máxima, 1 mil, e 112.559, o equivalente a 2,73% dos candidatos, zeraram a prova de redação.

Treineiros

O Inep divulgou também nesta terça-feira, as notas em todas as provas do Enem dos treineiros, ou seja, participantes que não concluíram o ensino médio e eram menores de 18 anos quando foram aplicadas as provas. Como esses resultados não podem ser usados para acesso à educação superior, são tradicionalmente divulgados 60 dias depois dos resultados dos participantes regulares. Dos 6.731.203 inscritos para o Enem 2017, 8,9% eram treineiros.

Enem

2019

Neste ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### 13,7 mil cargos em universidades são cortados por decreto de Bolsonaro, diz sindicato

#### Quantidade representa 65% do total de 21 mil funções, gratificações e postos extintos por governo na última semana

BRASÍLIA - Análise jurídica do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ( Andes ) aponta que do total de 21 mil cargos, funções comissionadas e gratificações do serviço público federal cortados pelo presidente Jair Bolsonaro , em decreto na última semana, ao menos 13.710 são ligados a instituições federais de ensino, principalmente as universidades. O montante relacionado ao setor da educação representa 65% de todos os cortes na Administração Federal.

Segundo o estudo do sindicato, realizado no último dia 14, ficam extintos imediatamente 119 cargos de direção, 460 funções gratificadas e 1.870 funções comissionadas destinados a instituições federais de ensino. Todos eles são postos que já estavam vagos.

A partir de agosto deste ano, serão cortados mais 11.261 funções comissionadas, aponta o Andes. Em todos os casos, são postos que garantem um valor extra nos ganhos do servidor por desempenhar uma atividade de coordenação ou direção, por exemplo.

O decreto determinou a extinção de todas as funções gratificadas de universidades federais criadas em 2018, como desmembramento de outras mais antigas. A medida atinge as universidades federais de Catalão (GO), Jataí (GO), Rondonópolis (MT), Delta do Parnaíba (PI) e Agreste de Pernambuco (PE). Em nota, o Ministério da Educação (MEC) informou que 25% de funções gratificadas das universidades federais criadas em 2018 foram extintas. "Importante lembrar que trata-se de universidades que não entraram em funcionamento", diz o comunicado.

A pasta disse ainda que os valores das 11.261 funções gratificadas que serão extintas a partir de agosto variam de R\$ 270,83 a R\$ 61,67. "O decreto foi elaborado pelo Ministério da Economia que, em sua função de Gestão do Serviço Público Federal, tem competência para consolidar as informações publicadas", destacou na nota.

A maior parte dos cortes não define quais instituições federais de ensino serão atingidas. Na relação de cargos e gratificações extintos, há funções ligadas a coordenação acadêmica de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação stricto sensu, aponta o Andes.

A assessoria jurídica do Andes estuda se cabe alguma medida judicial contra o decreto. Segundo o sindicato, os cortes englobam apenas cargos que devem ser ocupados por servidores efetivos, não atingindo os de livre nomeação, o que causa preocupação.

O presidente do sindicato, Antonio Gonçalves, em publicação da entidade, diz que a medida pode ser uma brecha para nomeação de pessoas fora dos quadros das instituições federais de ensino em funções de direção e coordenação. "A avaliação é de que, sem dúvida, isso é um processo de ataque à universidade e de desmonte do Estado", afirma Gonçalves, no material divulgado pelo Andes.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Professor é afastado após criticar diretor por ler carta do MEC com slogan de Bolsonaro**

#### **Wellington Divino Pereira dava aula em escola militarizada de São Luís de Montes Belos (GO) e foi suspenso por grave insubordinação; ele diz estar sendo perseguido**

RIO — No dia 27 de fevereiro, os alunos do Colégio Estadual Militar Américo Antunes, em São Luís de Montes Belos (GO), estavam perfilados para cantar o Hino Nacional quando o diretor da unidade, o capitão da PM Eduardo Alves Pereira Filho, leu a carta enviada pelo ministro da Educação , Ricardo Vélez Rodríguez, na qual constava o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

Após o ato, o diretor perguntou se alguém gostaria de se manifestar, e o professor de geografia Wellington Divino Pereira, de 39 anos, pediu a palavra para repreender a leitura do documento — que o próprio ministério havia corrigido um dia antes, reconhecendo o equívoco na inclusão do slogan "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos".

Poucos dias depois, em 8 de março, foi emitida uma ordem de afastamento do professor da escola. Ele ficará 60 dias fora de atividade até ser deslocado para outra unidade.

— Eu disse que não era correto ler slogan de campanha e que a filmagem dos alunos (pedida pelo MEC na carta inicial e depois revogada) também só poderia ser feita com autorização dos pais — diz Pereira. — Ele ficou muito irritado, falou que era militar e que aquele colégio nunca teria socialista, que a nossa bandeira não é vermelha e que as portas estavam abertas para quem quisesse sair.

O Colégio Estadual Américo Antunes era uma escola regular que passou por um processo de militarização, no qual a gestão é compartilhada com a PM. Nesse modelo, os oficiais costumam ficar responsáveis pela parte disciplinar e a Secretaria de Educação, pela parte pedagógica.

A criação de escolas militarizadas é uma das propostas prioritárias do governo de Jair Bolsonaro para a educação, embora o MEC ainda não tenha apresentado uma proposta concreta para a implementação do modelo.

Não cumpriu o protocolo Além do episódio do Hino, a direção da escola relatou que pais de alunos queixaram-se de que o professor, por ser ateu, estaria influenciando seus filhos a questionarem a própria religião.

Para apurar o caso, a Coordenação Regional de Educação de São Luís de Montes Belos ouviu Pereira, o coordenador pedagógico da escola e outros dois professores, e produziu um relatório que embasou a decisão de afastar o docente.

No documento, o coordenador pedagógico da escola diz que Pereira "não cumpriu o protocolo ao se dirigir ao diretor comandante" e "tem dificuldade em seguir regras".

Afirma ainda que o professor "possui bom domínio de sala e de conteúdo, porém tem tido muitas dificuldades com seu posicionamento político-religioso em sala", o que gerou queixas de familiares de alunos.

No documento, a coordenação relata que Pereira negou as acusações e afirmou que fazia discussões pertinentes à sua área de atuação, a Geografia e a Sociologia:

"Alegou ainda ser um professor crítico e que hoje esse conceito se refere a professor doutrinador marxista ou esquerdista. Diante de sua fala, foi questionado quanto a sentir-se bem em trabalhar em uma escola militar, com regras e normas, onde esse perfil crítico que alega possuir é visto de forma contrária ao perfil de professor de escola militar."

O texto da coordenação também afirma que o ocorrido havia "gerado clima de constrangimento entre professores, direção, alunos e pais de alunos". À coordenação, o professor afirmou que não desejava pedir remoção para outro colégio.

Abaixo-assinado proibido Em entrevista ao GLOBO, Pereira afirmou que vinha sofrendo sanções na escola desde o ano passado — era coordenador da área de humanas, mas perdeu o cargo no fim de 2018. Relevou o episódio por considerar prerrogativa do diretor escolher seus coordenadores.

Segundo ele, o clima tenso com a direção se acentuou a partir do início das atividades de 2019. Após o afastamento, alunos teriam sido impedidos de fazer um abaixo-assinado pedindo seu retorno.

— Eu percebi que a perseguição em cima do meu trabalho aumentou. Fui chamado para prestar esclarecimentos na coordenação regional e disse que estou baseado nos conteúdos curriculares do estado de Goiás. Agora vou ser removido como se tivesse culpa do que me acusam. Fui impedido de exercer minha atividade de professor — diz Pereira, que pretende

Informado sobre o caso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) enviou relatório à Secretaria de Educação afirmando que o professor teria sido pressionado pela coordenação a pedir a remoção do cargo por conta própria.

O GLOBO entrou em contato com a pasta e com a direção do colégio para pedir um posicionamento sobre o tema, mas ainda não obteve resposta.

## **A GAZETA - ES - OPINIÃO**

### **TUDO PASSA PELA EDUCAÇÃO**

#### **Escolas públicas que se destacaram no Ideb são exemplos de como projetos bem-sucedidos de educação têm potencial transformador**

É na educação básica que se encontram os maiores obstáculos para a formação de profissionais bem preparados para o futuro. Mas duas escolas públicas do interior do Estado conseguiram provar que as barreiras não são intransponíveis. Com trabalho e comprometimento, é possível atingir padrões de qualidade que levam orgulho à comunidade, inserindo o colégio no círculo das prioridades de alunos e famílias. É o tipo de motivação que precisa se espalhar pelas instituições de ensino.

As escolas Gisela Salloker Fayet (do ensino médio) e José Roberto Christo (do fundamental), da zona rural de Domingos Martins e Afonso Cláudio, respectivamente, conseguiram o melhor desempenho entre as unidades públicas capixabas no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em seus níveis. Não há mágica alguma, tampouco recursos vultosos, acima dos destinados a outras escolas. Os expressivos avanços são fruto de organização e eficiência.

São instituições que conseguiram mudar paradigmas, apostando em iniciativas pedagógicas que se encaixam à realidade de seus alunos, no meio rural. Não fizeram grandes apostas tecnológicas, principalmente por falta de infraestrutura, mas souberam usar ambiente digital a seu favor: os professores da José Roberto Christo criaram grupos de WhatsApp para fortalecer os laços e aprimorar o aprendizado. Já a Escola Estadual Gisela Salloker Fayet vê na feira de ciências anual um de seus destacados êxitos. Foi com esse estímulo que a estudante do nono ano Helen Cristiny Klipel desenvolveu uma pulseira capaz de identificar momentos de crise de portadores de epilepsia. Um feito e tanto.

A decadência educacional é a raiz dos dramas brasileiros, dos problemas graves de segurança pública à baixa produtividade do mercado de trabalho, como foi dito neste espaço no último domingo. Está tudo interconectado, com a educação constituindo-se como um elo que, frágil como se encontra, permanece incapaz de sustentar setores vitais que orbitam ao seu redor. Sem educação organizada, não há crescimento sustentado, nem qualidade de vida.

Depende de políticas públicas para vingar (até agora nulas no novo Ministério da Educação), mas principalmente da percepção generalizada de seu potencial transformador da sociedade. As duas escolas públicas campeãs do Espírito Santo mostram que inspiração não falta.

topo ↕

## **O POPULAR - GO - BÚSSOLA**

### **Justiça finaliza suspensão a faculdade de Medicina**



## **Instituição de ensino reverteu decisão do Ministério da Educação, que impediu novas matrículas de estudantes**

A Justiça suspendeu uma série de medidas editas pelo Ministério da Educação (MEC) em novembro de 2018 que impediam o ingresso de novos estudantes no curso de Medicina da Faculdade Potrich (Famp), localizada em Mineiros, Sudoeste do Estado. A ação que restringia o funcionamento da faculdade foi provocada por denúncias do Conselho Regional de Medicina de Goiás (Cremego) ao MEC.

As irregularidades foram apontadas após vistoria em agosto de 2018. A lista de irregularidade incluía quadro de professores insuficiente; aulas práticas sem pacientes; mais matrículas do que vagas disponíveis e dificuldades pedagógicas e didáticas. Dessa forma, o ministério decidiu aplicar, em novembro do ano passado, uma medida cautelar impedindo o ingresso de novos estudantes e suspendendo novos contratos do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade para Todos (Prouni) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Sobre a decisão, o Cremego afirmou por meio da assessoria de imprensa que lamenta a interferência do Judiciário em uma decisão tomada pelo Ministério da Educação. Já a Assessoria da Famp afirmou em nota que a decisão concedida pela Justiça "apenas confirmou que a realidade Institucional da Famp difere em muito do resultado apontado na vistoria realizada pelo MEC e agosto de 2018". Afirmaram ainda que o curso de medicina da Faculdade atende à todos os critérios do MEC e que ainda esse ano, houve a contratação de 14 professores, a inauguração de um câmpus e biblioteca virtual, aumento de convênios com municípios e instituições, além da aquisição de um hospital próprio, com mais de 24 consultórios, para uso exclusivo dos estudantes.

topo ↕

## **CENÁRIO MT - TEMPO REAL**

### **MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará**

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará querem a reativação imediata do polo do sistema Universidade Aberta do Brasil em Altamira, no interior do estado. Eles encaminharam, nesta segunda-feira (18), uma recomendação à prefeitura de Altamira para providenciar a reabertura da unidade. Os gestores públicos terão 10 dias úteis para apresentar resposta. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insatisfatória, os procuradores e promotores podem ingressar com ação judicial.

A Universidade Aberta do Brasil em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática. Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009. Segundo o MEC, o programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Em janeiro deste ano, os estudantes foram informados do fechamento da unidade pela Secretaria Municipal de Educação, sob a alegação de que o ensino superior é responsabilidade do governo federal.

Ataque a faca deixa quatro feridos em escola da Noruega

A prefeitura disponibilizava para o polo quadro de servidores composto por coordenador, técnico de informática e auxiliares de limpeza. Computadores, livros e

equipamentos da União também estavam sob a guarda do município

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação, já notificou a prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Altamira, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Edição: Nádia Franco

topo ↕

## FOLHA PA - TEMPO REAL

### MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará querem a reativação imediata do polo do sistema Universidade Aberta do Brasil em Altamira, no interior do estado. Eles encaminharam, nesta segunda-feira (18), uma recomendação à prefeitura de Altamira para providenciar a reabertura da unidade. Os gestores públicos terão 10 dias úteis para apresentar resposta. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insatisfatória, os procuradores e promotores podem ingressar com ação judicial.

A Universidade Aberta do Brasil em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática. Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009. Segundo o MEC, o programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Em janeiro deste ano, os estudantes foram informados do fechamento da unidade pela Secretaria Municipal de Educação, sob a alegação de que o ensino superior é responsabilidade do governo federal.

A prefeitura disponibilizava para o polo quadro de servidores composto por coordenador, técnico de informática e auxiliares de limpeza. Computadores, livros e equipamentos da União também estavam sob a guarda do município

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação, já notificou a prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Altamira, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

Denúncia Reclamação Elogio Sugestão Solicitação Simplifique

topo ↕

**JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL**

**UFFS oferta Mestrado em Filosofia no Campus Chapecó**

**Professores de Erechim também atuarão no novo programa de pós-graduação**

O Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó abre, pela primeira vez, processo seletivo para ingresso no mestrado. Aprovado no último ano, o curso oferta 15 vagas para ingresso no segundo semestre de 2019. O regramento completo do processo seletivo está no Edital nº 258/GR/UFFS/2019, disponível em [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br).

As inscrições, abertas até 12 de abril, podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30, exceto feriados, na Secretaria Acadêmica de Pós-Graduação (sala 309 do Bloco da Biblioteca). Também é possível enviar os documentos pelos Correios, conforme o item 3.2 do Edital.

Os documentos necessários para a inscrição são: Formulário de Inscrição (Anexo I) preenchido e assinado; cópia simples do documento de identidade e do CPF; cópia simples do diploma de curso superior de Graduação, reconhecido pelo MEC, ou do certificado de conclusão de curso superior ou declaração de Instituição de Ensino Superior (IES) informando que o candidato concluirá o curso de Graduação até o ato de matrícula no Mestrado; cópia simples do histórico escolar de Graduação; currículo impresso, na versão fornecida pela Plataforma Lattes do CNPq (modelo resumido padrão), documentado; pré-projeto de pesquisa vinculado obrigatoriamente a uma das linhas de pesquisa do PPGFIL (“Conhecimento, Linguagem e Realidade” ou “Ética e Filosofia Política”), conforme formatação explícita no edital; Declaração de Autoria de Pré-projeto (Anexo II) preenchida e assinada. No formulário será necessário indicar: a língua estrangeira na qual pretende comprovar proficiência; a necessidade de atendimento especial para a realização de cada uma das etapas e os recursos especiais necessários, se for o caso e a situação de reserva de vaga, se for o caso.

A seleção terá a avaliação do pré-projeto de pesquisa (caráter eliminatório), uma prova escrita sobre conhecimento específico (caráter classificatório e eliminatório) e a arguição do pré-projeto e do currículo lattes (caráter classificatório). A prova escrita está prevista para o dia 31 de maio e as arguições acontecerão de 12 a 14 de junho. O cronograma completo está disponível no item 5.1 do Edital.

Sobre o programa

O Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFFS é um programa recém aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que começou suas atividades em 2019. Ele é composto por 14 professores permanentes dos campi Chapecó e Erechim. Além disso, atuam também no curso três professores colaboradores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

topo ↕

## **JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL**

### **MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará**

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará querem a reativação imediata do polo do sistema Universidade Aberta do Brasil em Altamira, no interior do estado. Eles encaminharam, nesta segunda-feira (18), uma recomendação à prefeitura de Altamira para providenciar a reabertura da unidade. Os gestores públicos terão 10 dias úteis para apresentar resposta. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insatisfatória, os procuradores e promotores podem ingressar com ação judicial.

A Universidade Aberta do Brasil em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática. Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009. Segundo o MEC, o programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Em janeiro deste ano, os estudantes foram informados do fechamento da unidade pela Secretaria Municipal de Educação, sob a alegação de que o ensino superior é responsabilidade do governo federal.

A prefeitura disponibilizava para o polo quadro de servidores composto por coordenador, técnico de informática e auxiliares de limpeza. Computadores, livros e equipamentos da União também estavam sob a guarda do município

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação, já notificou a prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Altamira, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

topo ↕

## **PORTAL AMAZÔNIA - BRASIL**

### **MPF pede reativação de polo do Universidade Aberta em Altamira, no Pará A UAB em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática.**

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará querem a reativação imediata do polo do sistema Universidade Aberta do Brasil em Altamira, no interior do estado. Eles encaminharam, nesta segunda-feira (18), uma recomendação à prefeitura de Altamira para providenciar a reabertura da unidade. Os gestores públicos terão 10 dias úteis para apresentar resposta. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insatisfatória, os procuradores e promotores podem ingressar com ação judicial.

A Universidade Aberta do Brasil em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em

cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática. Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009. Segundo o MEC, o programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Em janeiro deste ano, os estudantes foram informados do fechamento da unidade pela Secretaria Municipal de Educação, sob a alegação de que o ensino superior é responsabilidade do governo federal.

A prefeitura disponibilizava para o polo quadro de servidores composto por coordenador, técnico de informática e auxiliares de limpeza. Computadores, livros e equipamentos da União também estavam sob a guarda do município.

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação, já notificou a prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Altamira, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

[topo](#)

## **R7 - TEMPO REAL**

### **MPF defende reativação de polo do Universidade Aberta no Pará**

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará querem a reativação imediata do polo do sistema Universidade Aberta do Brasil em Altamira, no interior do estado. Eles encaminharam, nesta segunda-feira (18), uma recomendação à prefeitura de Altamira para providenciar a reabertura da unidade. Os gestores públicos terão 10 dias úteis para apresentar resposta. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insatisfatória, os procuradores e promotores podem ingressar com ação judicial.

A Universidade Aberta do Brasil em Altamira tem cerca de 200 alunos matriculados em cursos como licenciatura em biologia e matemática e pós-graduação em sociologia e matemática. Um acordo, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Aberta e a prefeitura de Altamira, municipalizou a gestão em 2009. Segundo o MEC, o programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância.

Em janeiro deste ano, os estudantes foram informados do fechamento da unidade pela Secretaria Municipal de Educação, sob a alegação de que o ensino superior é responsabilidade do governo federal.

A prefeitura disponibilizava para o polo quadro de servidores composto por coordenador, técnico de informática e auxiliares de limpeza. Computadores, livros e equipamentos da União também estavam sob a guarda do município

Para o Ministério Público, a interrupção das atividades do polo da Universidade Aberta

em Altamira viola a segurança jurídica e pode configurar improbidade administrativa.

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação, já notificou a prefeitura de Altamira sobre a necessidade de cumprimento do acordo ou rescisão com os ônus previstos.

A reportagem tentou contato com a prefeitura de Altamira, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Ex-bolsista desenvolve método de pesquisa livre de crueldade animal

Apesar da legislação brasileira exigir o uso de recursos alternativos quando existentes, em diversas linhas de pesquisa ainda não há uma preocupação real quanto à utilização de produtos de origem animal. Vegetariana e com questionamentos éticos desde criança, Bianca Marigliani, ainda durante a graduação, conscientizou-se do sofrimento dos animais usados no ensino e na pesquisa. A decisão de buscar métodos alternativos ao uso de animais para testes de sensibilização cutânea veio no doutorado, quando preparou sua tese sobre a possibilidade de eliminar o uso de soro fetal bovino no cultivo de células in vitro.

O soro fetal bovino, usado comumente no cultivo de células mamíferas, é extraído de sangue coagulado de fetos bovinos. Composto por grandes quantidades de ácidos graxos, fatores de crescimento, aminoácidos e vitaminas, o soro estimula o desenvolvimento da célula. A pesquisadora decidiu adaptar a mesma linhagem celular a diferentes meios quimicamente definidos – sem componentes de origem animal – tornando o método isento para atender a demanda por cosméticos seguros e éticos.

Deste modo, pela primeira vez, demonstrou-se ser possível adaptar células usadas em um método já validado e reconhecido internacionalmente. A pesquisa foi laureada internacionalmente com o Lush Prize, em 2015. Para Bianca, “o apoio da **CAPES** foi fundamental para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à minha formação acadêmica e aos experimentos”.

CAPES - 18.03.2019

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Na Fiocruz, presidente da CAPES defende expansão da pós-graduação

**Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, afirmou que o Brasil precisa formar mais mestres e doutores e aumentar os investimentos em ciência e tecnologia. A declaração foi dada durante palestra na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na última quarta-feira, 13. Participaram do evento, Nísia Trindade Lima, presidente da instituição, João Paulo Giliardi, diretor, Renato Cordeiro, coordenador do Núcleo de Estudos Avançados, e

Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Na palestra ‘A CAPES e o futuro da pós-graduação no Brasil’, **Anderson Correia** mostrou que, entre 2006 e 2017, a pós-graduação brasileira praticamente dobrou em diversos aspectos, como alunos matriculados e profissionais titulados. Em todo o país, o total de programas passou de 2.265 para 4.296. O aumento foi ainda mais expressivo nas regiões com maior carência de ofertas de formação, com avanço de 154% no Norte e de 125% no Nordeste e no Centro-Oeste.

Para competir no cenário internacional, de acordo com o presidente, o Brasil precisa expandir seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento e melhorar a proporção de mestres e doutores na população. “Precisamos formar mais profissionais e o Brasil precisa de mais investimento em ciência e tecnologia, para abrir mais concursos públicos e desenvolver novos projetos relevantes de pesquisa em parceria com a indústria, de forma a absorver a mão de obra qualificada”, avaliou.

O presidente da **CAPES** ressaltou que a produção científica brasileira é significativa, porém é importante aumentar o impacto da pesquisa nacional e a colaboração com a indústria. Entre 2011 e 2019, o Brasil teve 535 mil artigos indexados na base de dados Web of Science, alcançando o 13º lugar no ranking internacional. Calculado com base nas citações de publicações científicas, o índice de impacto dos trabalhos ficou em 0,77. Além disso, 1,1% dos artigos foram produzidos em parceria com o setor industrial. Para comparação, a Coreia do Sul, que ocupa o 12º lugar no ranking, publicou 610 mil estudos, com índice de impacto de 0,92 e 3,8% de publicações em colaboração com a indústria.

**Anderson Correia** destacou a relevância da pesquisa desenvolvida na Fiocruz. Em 10º lugar no ranking de instituições brasileiras em volume de publicações, a Fundação teve 13 mil artigos divulgados no período, que alcançaram um índice de impacto de 1,03 – o maior da lista.

Segundo José Paulo Giliardi, de 1980 a 2018, a Fiocruz formou 1.732 mestres e 1.094 doutores. “Apoiaremos a **CAPES** em todas as suas iniciativas para formar recursos humanos qualificados e minimizar a diáspora de cientistas brasileiros. Uma política nacional será fundamental para enfrentar esse desafio”, declarou.

Com informações da Comunicação do Instituto Oswaldo Cruz  
(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 18.03.2019

[topo](#)

**AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

**MEC define decreto de alfabetização mas atrasos atingem avaliação e livro didático**

**Embates ideológicos sobre os rumos das políticas atrasam definições**

Brasília

Enquanto uma crise coloca em dúvida a permanência do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a pasta registra atrasos que preocupam os atores do sistema educacional. Um edital para produção e compra livros do ensino médio não vai ser publicado neste ano e os detalhes para avaliação federal dos alunos de 2019 continuam indefinidos.

Também seguem sem resposta a continuidade de políticas em torno da Base Nacional Comum Curricular (que define o que os alunos devem aprender) e de apoio a escolas de tempo integral. O MEC, por outro lado, faz os últimos ajustes para publicar uma portaria que vai reorganizar o sistema alfabetização, meta dos 100 primeiros dias do governo Jair Bolsonaro (PSL).

As redes de ensino ainda não receberam orientações sobre como será o Saeb, avaliação que compõe o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Não está garantido a aplicação de uma prova de ciências (para alunos do 9º ano), como planejado no ano passado.

Além de criar avaliação de ciências (hoje os alunos só respondem a questões de português e matemática, a gestão Michel Temer (MDB) decidiu adiantar a avaliação da alfabetização, passado do 3º para o 2º ano do ensino fundamental. Mas, até agora, o tema não foi decidido internamente."

A gente não recebeu nenhuma informação oficial por parte do MEC com relação às avaliações. É uma questão que deixa inquietação nos gestores, que não sabem sobre qual matriz a avaliação ocorrerá", diz Alessio Costa Lima, presidente da Undime (que agrega secretários municipais de Educação de todo país).

O Saeb costuma ocorrer em novembro. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que nega atrasos nesse processo, deve publicar nova portaria sobre o Saeb, ainda sem data. "A discussão em torno da aplicação do Saeb neste ano segue internamente e eventuais alterações serão oportunamente divulgadas tão logo haja definição concreta", informou o Inep em nota.

O órgão divulgou que trabalha em um processo de redução de custos nas avaliações, cuja economia deve alcançar R\$ 42 milhões. A principal iniciativa é a redução de folhas usadas na prova do Enem.

Já o edital do PNLD (Programa Nacional de Livros Didáticos) 2021, do ensino médio, era previsto para ser publicado em fevereiro, mas não sairá neste ano. A partir do documento, as editoras produziram as obras em 2019 e os livros chegariam às escolas em 2021. Integrantes do mercado editorial informaram à Folha, de modo reservado, que já não há mais tempo para esse cronograma.

É grande a expectativa com as regras do PNLD 2021 porque o edital faria a adequação dos livros à reforma do ensino médio (que flexibilizou a grade curricular) e à Base Curricular. Sem ele, a implementação fica suspensa. Secretarias estaduais de Educação aguardam, ainda, a definição de continuidade de apoio financeiro para a construção dos currículos do ensino médio à luz da Base.

Em nota, o MEC diz que o edital está em discussão. "[A base] apresenta mudanças bastante expressivas em relação ao antigo modelo e que demandaram, após sua publicação, um estudo pormenorizado do impacto da Base para o PNLD", diz o MEC.

O atrasos se devem, como em outras questões internas, a embates ideológicos sobre os rumos das políticas. Integrantes do grupo mais ideológico dentro do MEC são contrários



à Base Nacional. As disputas impedem uma posição clara do ministério com relação à continuidade de várias políticas.

Vélez Rodriguez está no centro de uma crise depois que um processo de mudanças de cargos no MEC atingiu alunos do escritor Olavo de Carvalho, considerado ideólogo do governo Bolsonaro. Após pressão de olavistas, o ministro precisou se desfazer de dois auxiliares próximos, o assessor Ricardo Roquetti e o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi.

O ministro chegou a anunciar dois nomes para a secretaria-executiva, mas ambos foram barrados pelo governo após críticas do grupo olavista. Iolene Lima foi a última indicada para o posto, na quinta-feira (14), mas já é certo que não será nomeada. Ainda não há definição de um novo nome.

Em sua última reunião, o Consed (órgão que reúne os secretários estaduais de Educação) decidiu entregar ao ministro um documento em defesa de programas prioritários. Entre os pontos, estão a continuidade do programa de fomento a escolas de tempo integral e maior transparência com relação a avaliações de larga escala.

"Estamos muito preocupados com a demora nas definições. Não temos clareza o que o MEC vai propor", diz a presidente do Consed, Cecilia Motta.

Embora não haja detalhes, o MEC já tem definido a minuta do decreto que vai organizar uma Política Nacional de Alfabetização. O documento não irá impulsionar apenas um método específico de alfabetização e a previsão é de que as ações dependam de adesão voluntária das redes de ensino.

A Secretaria de Alfabetização realizou reuniões com especialistas e recebeu representantes das secretarias. "[O objetivo é] estabelecer uma política de alfabetização eficaz, baseada em evidências científicas, ou seja, na ciência cognitiva da leitura, que foi a base para experiências bem-sucedidas em diversos países", diz nota do MEC.

Aléssio Lima, da Undime, participou de discussões e elogia o trabalho, apesar de não ter conhecido ainda a estrutura final do decreto. "A política precisa se ancorar em vários aspectos, como estratégia de formação, material didático, um modelo de gestão do programa e criar condições de avaliações diagnósticas", diz.

O MEC não respondeu aos questionamentos da Folha relacionados ao ensino médio, base e escolas de tempo integral.

[topo](#)

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Com nome de operação, Lava Jato da Educação ainda é protocolo de intenções  
Esforço deve organizar respostas a irregularidades já apontadas em programas  
Brasília**

Anunciada há pouco mais de um mês pelo Ministério da Educação, com nome de operação e a presença do ministro da Justiça, Sergio Moro, a chamada Lava Jato da Educação ainda não contempla de fato uma investigação.

A iniciativa surgiu para padronizar e tornar mais claros os processos de resposta a questionamentos dos órgãos de controle, inicialmente os já feitos em anos anteriores,

sobre irregularidades na pasta. Os resultados ainda devem demorar a aparecer.

No dia 14 de fevereiro, o MEC divulgou nota sobre um acordo firmado com Moro e representantes da CGU (Controladoria-Geral da União) e AGU (Advocacia-Geral da União). No texto, a pasta afirmava que "uma investigação feita pela nova gestão do MEC pode dar início à Lava Jato da Educação". Pelas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) reforçou que a Lava Jato da Educação estava na praça.

"Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados. Para investigar isso, o Ministério da Educação, junto com Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União, criaram a Lava-Jato da Educação", publicou o presidente no início de março.

Até a semana passada, a equipe do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não havia identificado por conta própria indícios além daqueles já apontados pela CGU ou TCU. Os dois órgãos não receberam novas informações do MEC e também não houve abertura de inquéritos na Polícia Federal.

Questionado pela Folha, o MEC não forneceu detalhes sobre quais indícios estariam no alvo desse esforço. Na divulgação inicial, a pasta citou indícios de "favorecimentos indevidos" no ProUni (Programa Universidade para Todos), desvios no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

A ideia de criar um protocolo mais claro sobre irregularidades surgiu da avaliação de servidores, ligados à secretaria-executiva do MEC e da área jurídica, de que evidências apontadas em auditorias acabavam represadas na pasta. Além disso, a nova equipe não queria se comprometer em fornecer respostas com base em informações não totalmente conhecidas.

Relacionar o protocolo à operação Lava Jato saiu do MEC como forma de dar visibilidade à ação, uma vez que o MEC não tem conseguido apresentar outras iniciativas. Antes de bater o martelo, a equipe do MEC foi ao general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro da Secretaria de Governo, que orientou sobre o formato.

De oficial, até agora, há a assinatura de um protocolo de intenções entre MEC, Ministério da Justiça, CGU e AGU com prazo de um ano, podendo ser prorrogado. A pasta trabalha neste momento para formatar uma espécie de roteiro para que indícios sigam do controle interno do ministério até os órgãos de controle e investigação.

A Polícia Federal só entraria em casos de altíssima gravidade —o que ainda não está no radar a partir das informações coletadas.

Segundo Cláudia Costin, professora da FGV, o fato de colocar toda a máquina sob suspeita pode intensificar a atual paralisia na pasta. "O risco maior é que isso tira o foco das tarefas urgentes, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a melhoria da formação de professores. É mais uma dispersão daquilo que realmente interessa [na atuação do Ministério da Educação], que é urgência de melhorar o aprendizado das crianças", diz ela, que é colunista da Folha.

Na crise enfrentada na pasta na semana passada, que envolveu reformulações de cargos, pessoas ligadas ao escritor Olavo de Carvalho (incluindo servidores do ministério) usaram o que chamam de Lava Jato da Educação para atacar o ministro e sua equipe. Olavistas argumentavam que demissões e transferências seriam para enfraquecer as investigações.

O MEC chegou a divulgar nota oficial reafirmando o compromisso com a iniciativa. Enfraquecido na disputa, o ministro Véliz Rodriguez fez três menções ao tema nas redes sociais durante a semana. Na sexta-feira (15), publicou mensagem em que afirma que a "Lava Jato da Educação está a pleno vapor".

Na postagem, cita novos termos de cooperação com a Procuradoria-Geral da República e publica uma foto de uma reunião.

O encontro foi realizado na quinta-feira na 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, órgão sem competência de investigação. O encontro não tratou da Lava Jato da Educação e, segundo a assessoria de imprensa da PGR (Procuradoria-Geral da República), não houve assinatura de novo termo de cooperação

Esse novo acordo específico deve tratar da fiscalização relacionada a diplomas falsos e não está pronto. No ano passado, o MEC e a Câmara firmaram acordo para aprimorar monitoramento e fiscalização de transferências do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Em nota, a CGU afirmou que, por se tratar de trabalho em andamento, as informações sobre o que será investigado são sigilosas, assim como as informações sobre a abertura de procedimentos. O Ministério da Justiça não respondeu aos questionamentos da reportagem.